

Queda de patente
do Ozempic no
Brasil acirra
disputa de canetas
emagrecedoras



Governo federal
determina
apuração
rigorosa sobre as
falhas da Enel SP



Cultivo de
Syrah tropical
impulsiona
vinícolas no Vale
da Mantiqueira



ISTO É Dinheiro

Edição 16 - 16/1/26

O maior do mundo

União Europeia e Mercosul assinam um tratado de livre
comércio que juntará 700 milhões de consumidores
e movimentará 22 trilhões de dólares em uma
iniciativa repleta de oportunidades e desafios



Capa

Página

11

RICARDO STUCKERT/PR

Duas décadas depois, Mercosul e UE criam maior área de comércio do mundo

Índice

CAPA: FOTOS DE DIVULGAÇÃO

3 ENTREVISTA**6 ECONOMIA****8 BRASIL****11 INTERNACIONAL****20 NÚMEROS DA SEMANA****21 FINANÇAS****25 EMPRESAS****31 RURAL****35 ESTILO DE VIDA****38 O MELHOR DAS REDES****39 PALAVRA POR PALAVRA****40 COLUNA**

DIVULGAÇÃO

Lula sanciona lei do devedor contumaz



ROBERTO PFEIL/AP

Disputa: patente do Ozempic cai em março



JUAN JOSÉ BERNHARDT/PIXABAY

Vinícolas apostam em Syrah tropical

Expediente**ISTOÉ publicações**

ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA.

CEO E DIRETOR EDITORIAL

Daniel Hessel Teich

ISTOÉ Dinheiro

EDITORA

Érica Polo

DIRETOR DE ARTE

Alexandre Akermann

DESIGNER

Mayara Novais

www.istoedinheiro.com.br

Instagram

[instagram.com/istoe_dinheiro/](https://www.instagram.com/istoe_dinheiro/)

YouTube

[m.youtube.com/@istoe_dinheiro](https://www.youtube.com/@istoe_dinheiro)

X

x.com/istoe_dinheiro

Facebook

[facebook.com/istoedinheiro](https://www.facebook.com/istoedinheiro)

TikTok

[tiktok.com/@revistaistoe](https://www.tiktok.com/@revistaistoe)

LinkedIn

[linkedin.com/company/istoe-dinheiro/](https://www.linkedin.com/company/istoe-dinheiro/)

Redação e correspondência

Rua Iguatemi, 192, 19º andar, Itaim Bibi,
São Paulo, SP, CEP 01451-010

ISTOÉ DINHEIRO é uma publicação semanal de ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA., empresa detentora das marcas ISTOÉ e coligadas, tanto em plataformas digitais como meios impressos. A empresa não tem qualquer vinculação editorial e societária com a EDITORA TRÊS COMÉRCIO DE PUBLICAÇÕES LTDA. (em liquidação judicial)

'Reformas profundas podem levar o juro a 9%'

Para Caio Megale, economista-chefe da XP, juro pode ir abaixo de 10% no próximo ano se o governo sinalizar reformas administrativa e relacionadas aos gastos do orçamento

Governo deverá cumprir a meta em 2026, acredita o economista; o dólar não deverá repetir a forte desvalorização global



DIVULGAÇÃO

Há leituras diferentes entre os agentes econômicos brasileiros sobre a necessidade de revisão de metas, pelo governo federal, das próprias contas. É o primeiro ano em que o governo Luiz Inácio Lula da Silva – último do atual mandato – terá de entregar superávit depois da aprovação do arcabouço fiscal, em 2023. Entre os que acreditam que o governo cumprirá as metas está o economista-chefe da XP, Caio Megale. “Projetamos déficit de R\$ 45 bilhões para 2026, mas o governo cumprirá a meta com certa tranquilidade. Só que há uma ressalva importante: a meta não é excessivamente ousada porque se beneficia da exclusão de certas despesas,

como parte dos precatórios e gastos parafiscais via fundos públicos”.

O “x” da questão, reforça Megale, em linha com a opinião de boa parte do mercado, será visto já em 2027. É que existe um limite matemático no modelo de incentivo às despesas estruturais para estimular a economia, acompanhado de arrecadação. O Brasil não dará muitos passos se não houver reformas administrativa, para conter os gastos públicos, e de desvinculação de gastos do orçamento, opina. Caso o governo sinalize reformas mais profundas neste segundo semestre, é possível que os juros recuem até 9,5%, acredita.

Eduardo Vargas

O cenário fiscal ganha relevância adicional por 2026 ser ano de eleições presidenciais, período em que, tradicionalmente, os gastos públicos se aceleram. Qual é a sua visão sobre o cumprimento das metas e qual é o caminho que o governo deve tomar? A meta de superávit é considerada inalcançável?

Projetamos hoje um déficit de R\$ 45 bilhões. O modelo de equilíbrio fiscal do governo tem se baseado na aceleração das despesas [estruturais, de forma contínua, para incentivar a economia] acompanhada de uma busca constante por maior arrecadação. É um esforço

que tem dado certo. O Congresso tem apoiado medidas de aumento de receita, como as mudanças nos gastos tributários, a exemplo do projeto de lei que elevou os juros sobre capital próprio (JCP), que foram aprovadas na virada do ano, e somaram cerca de R\$ 20 bilhões. Acreditamos que o governo cumprirá a meta fiscal de 2026 com certa tranquilidade, mas há uma ressalva importante: essa meta não é excessivamente ousada porque se beneficia da exclusão de certas despesas, como parte dos precatórios e gastos para fiscais via fundos públicos.

Então o risco fiscal imediato é baixo?

Para o curto prazo, sim. O tema fiscal não deve ser o principal foco de instabilidade agora, pois as metas estão equacionadas. O resumo é que teremos um ano de metas atingidas, mas com um déficit primário ainda relevante e uma dívida pública que cresce de dois a três pontos percentuais por ano. O verdadeiro desafio migra para 2027. Com o fim do mandato presidencial se aproximando, a dúvida é se persistiremos nesse modelo de elevar arrecadação para pagar gastos — o que tem limite — ou se haverá reformas estruturais nas despesas.

Existe alguma expectativa de que o governo realize cortes de gastos ou ajustes no próprio arcabouço fiscal ainda este ano?

Praticamente zero. Não haverá ajustes no arcabouço agora porque não será preciso. Nossos cálculos indicam que, se for necessário algum ajuste “na ponta do lápis”, um bloqueio de despesas entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões seria suficiente, algo que o governo faz tranquilamente na gestão de caixa [para alcançar a meta do ano]. O mercado está relativamente calmo com 2026. O debate sobre a insustentabilidade do modelo, que gera déficits e depende de recordes sucessivos de receita, ficará para o primeiro ano do próximo mandato.

Pensando em médio prazo, o que pode ser feito para evitar problemas fiscais crônicos caso essa mesma dinâmica continue?

O gargalo não está na receita. O Brasil baterá recorde histórico de arrecadação em 2026, impulsionado pelas



DIVULGAÇÃO

medidas aprovadas e por um Produto Interno Bruto (PIB) que ainda demonstra resiliência. Mesmo com maior arrecadação em caixa, o governo tem pouca margem de manobra. O problema reside nas despesas, que são altamente indexadas e rígidas. As reformas necessárias envolvem os valores mínimos definidos pela Constituição Federal que vão para a saúde e educação, que voltaram a pressionar o orçamento, e a indexação de benefícios previdenciários ao valor do salário mínimo. Sem reduzir esse grau de vinculação, a dívida continuará crescendo de forma insustentável.

Para os juros básicos, a projeção de vocês é de Selic em 12,50% ao final de 2026. Como o Banco Central deve calibrar esse corte diante da desaceleração da inflação?

O Banco Central tem espaço para retirar o “extra aperto” que foi necessário anteriormente. Vemos uma possibilidade de corte total na ordem de 2,5 a 3 pontos percentuais ao longo do ano. O ritmo de 12,50% ainda é um juro real alto para uma inflação que corre perto de 4,5%. Se o governo sinalizar reformas profundas no segundo semestre [administrativa e desvinculação do orçamento citadas anteriormente], existe espaço para cair até 11% ou 9,5% [próximo ano]. Caso contrário, se o cenário for de “ajustes insuficientes”, o BC deve ser mais cauteloso e estacionar nos 12,50%.

O fato de o fiscal de 2026 estar “pacificado” garante uma trajetória suave para o Copom?

Para o curto prazo, sim. As medidas anunciadas e a receita prevista no Orça-

mento estão bem equacionadas. O Banco Central tem sinalizado que só cortará com convicção total. O risco de mudarmos a projeção de 12% para 12,50% ocorreu justamente da percepção de que o espaço está ficando mais apertado. Há riscos na inflação de alimentos, que é volátil, e na dinâmica do câmbio caso as commodities voltem a subir.

Como será o ritmo da mudança na Selic, vocês esperam cinco cortes de 50 pontos base para este ano?

Sim, essa é a nossa base. O BC deve levar a taxa dos atuais níveis para 12,50%. A partir daí, a evolução dependerá muito do cenário internacional, especialmente da situação política nos Estados Unidos e das decisões do Fed [Federal Reserve, o Banco Central americano], que influenciam a nossa margem de manobra por aqui.

Sobre a inflação, vocês reduziram a projeção de 4,2% para 4% em 2026. O que sustenta esse otimismo?

A alimentação tem vindo com uma dinâmica muito positiva e os bens duráveis estão sendo beneficiados por importações baratas da China. Trouxemos a inflação de volta para o intervalo de tolerância, o que é uma vitória para o Banco Central, embora ainda estejamos longe da meta de 3%. No entanto, somos cautelosos: não está claro se o mundo será tão desinflacionário em 2026 quanto foi em 2025. Alimentos e industrializados podem voltar a pressionar no segundo semestre.

E quanto ao PIB? A estimativa de 1,7% com viés de alta parece conservadora diante das medidas de estímulo do governo.

Já colocamos no cálculo o impacto do aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda e outros estímulos diretos. O viés de alta existe caso medidas adicionais, como o crédito consignado privado e novos apoios ao mercado imobiliário, ganhem tração. Por outro lado, o endividamento das famílias ainda é um detrator. O consumo em 2026 será mais sustentado pela renda corrente [transferências do governo] do que pelo crédito, que demora a reagir aos cortes de juros.



DIVULGAÇÃO

O câmbio teve um ano anterior volátil. Com o BC iniciando o ciclo de cortes, o diferencial de juros pode elevar o dólar?

O mercado já precificou esses cortes. Se o BC corta juros com respaldo técnico e a economia se reequilibra, isso pode até atrair capital e diminuir prêmios de risco. Não vemos o dólar fazendo movimentos bruscos de desvalorização global como vimos no passado. Nossa projeção é de um câmbio entre R\$ 5,60 e R\$ 5,70. Acharmos que o patamar de R\$ 5,50 é o ponto de equilíbrio atual.

Como o cenário político de Brasília e as eleições devem afetar o dólar no segundo semestre? Vimos muita volatilidade em anúncios recentes de candidaturas.

As eleições trazem volatilidade, mas não necessariamente mudam a tendência estrutural. O câmbio pode “chacoalhar” com as notícias de Brasília,

mas o que dirá se ele volta para R\$ 5 ou deprecia mais são as perspectivas de reformas para 2027. Por enquanto, vemos o câmbio andando de lado, acompanhando o comportamento do dólar no exterior. O ruído político é passageiro. A sustentabilidade fiscal é o que define o preço em longo prazo.

Qual é o balanço final para o investidor que olha para 2026?

É um ano de “so far, so good” [“até aqui, tudo bem”]. Até onde conseguimos enxergar, os riscos estão controlados. A inflação está no intervalo, o PIB cresce moderadamente e o fiscal está garantido por receitas extraordinárias. O investidor deve aproveitar a clareza do curto prazo, mas manter os olhos atentos ao “molho” de variáveis que entrará na conta a partir do segundo semestre: Fed, China e, principalmente, a agenda de reformas do próximo ciclo presidencial. **D**



*Vetos de Lula à lei do
devedor contumaz
endurece um pouco mais
as regras do projeto*

Cerco apertado

Lula sanciona lei que pune as empresas devedoras de impostos, mas veta alguns pontos

O cerco aos devedores da Receita Federal se fecha. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com alguns vetos, a Lei Complementar 225, que institui o novo Código de Defesa do Contribuinte e traz como um de seus pilares a tipificação rigorosa do devedor contumaz. Duas grandes operações conduzidas no segundo semestre de 2025 pela Receita e Polícia Federal, com a participação do Ministério Público paulista e outros órgãos de fiscalização, descortinaram crimes e sonegação

de impostos – fatos que ressuscitaram a pauta do projeto de lei que já circulava pelo Congresso Nacional. O devedor contumaz, em suma, é a empresa que deixa de pagar impostos com regularidade. A segunda dessas operações evidenciou o maior devedor de impostos do Brasil, a Refit, informou a Receita à época.

O texto sancionado por Lula, publicado no Diário Oficial da União com cinco vetos, caracteriza esse perfil como o sujeito passivo, seja devedor principal ou corresponsável, que apresenta com-

portamento fiscal marcado por inadimplência substancial, reiterada e injustificada de tributos. Para que ocorra o enquadramento, as empresas deverão ser notificadas com antecedência, dispondo de um prazo de 30 dias para regularizar a situação ou apresentar defesa formal.

As sanções para as empresas classificadas como devedoras contumazes são severas, incluindo a baixa do CNPJ em casos onde se comprove que a estrutura foi constituída para a prática de fraude, conluio, sonegação fiscal ou administração por interpostas pessoas, os chamados “laranjas”. Além da possível inaptidão no cadastro de contribuintes, o que restringe a atuação operacional, essas empresas perdem o direito de utilizar benefícios fiscais, participar de licitações, manter vínculos com a administração pública ou propor recuperação judicial. Um ponto crucial da nova legislação determina que, para o deve-



*Refit, responsável
pela refinaria
Manguinhos, deve
R\$ 26 bilhões aos
cofres públicos*

O maior devedor do Brasil

A Operação Poço de Lobato, deflagrada em 27 de novembro do ano passado, teve como foco o grupo Refit, conglomerado responsável pela antiga refinaria de Manguinhos, comandado pelo empresário e advogado Ricardo Magro, que vive em Miami, nos Estados Unidos. A megaoperação desarticulou um esquema bilionário de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro operado pela companhia, considerada pelas autoridades o maior devedor contumaz de impostos do Brasil. Por meio de uma complexa engenharia financeira, o alvo das investigações é acusado de ter se valido de laranjas e estruturas societárias financeiras para esconder beneficiários e patrimônio. O esquema envolveu, inclusive, a abertura de fundos de investimentos nos Estados Unidos e, só em 2024, o grupo movimentou R\$ 70 bilhões. O retrato da conta de débitos tributários, informou a Receita Federal, soma R\$ 26 bilhões. A força-tarefa que participou da operação uniu a Receita, o Ministério Público e o governo paulistas e cumpriu 126 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e Bahia. O presidente Lula chegou a pedir ao presidente norte-americano, Donald Trump, a prisão do brasileiro.

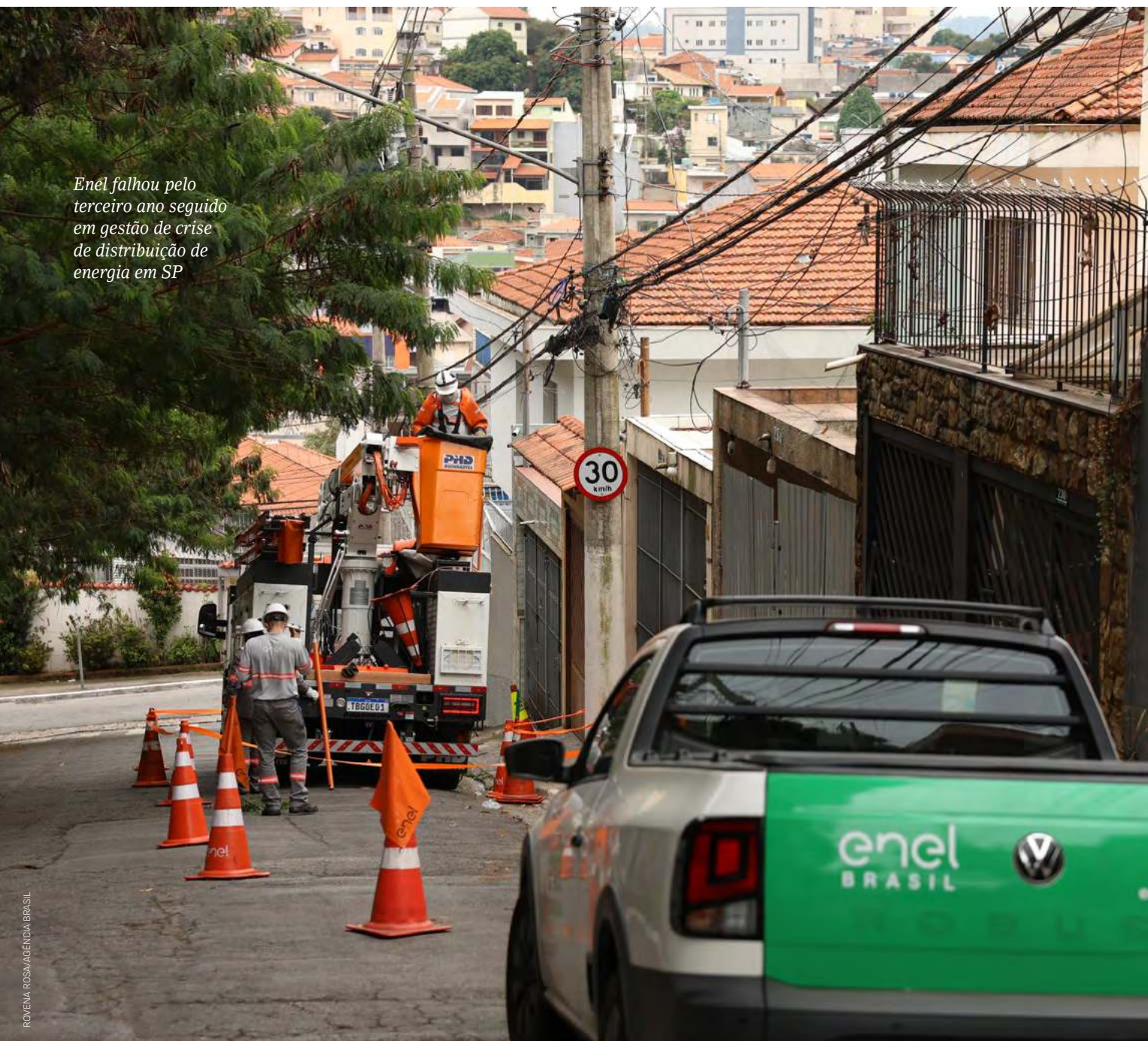
dor contumaz, a extinção da punibilidade penal não ocorrerá apenas com o pagamento dos débitos, impedindo que a quitação tributária sirva como escape para a responsabilização criminal.

Em contrapartida, a lei estabelece incentivos para estimular o bom cumprimento das obrigações por meio de três frentes: o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia), o Programa de Estímulo à Conformidade Tributária (Sintonia) e o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA). Esses programas oferecem benefícios como tratamento diferenciado e facilitado, redução de juros e a possibilidade de autorregulamentação em momentos de redução temporária da capacidade de pagamento. O texto visa ainda a redução do litígio ao propor formas alternativas para a resolução de conflitos, garantindo ao contribuinte o direito ao tratamento facilitado na ausência de recursos para taxas, enquanto impõe deveres como a declara-

ção de operações relevantes e a guarda documental pelo prazo legal.

Sobre os vetos, o Planalto barrou o trecho que previa a flexibilização das regras para aceitação ou substituição de garantias, como a troca de depósitos judiciais por seguro-garantia ou oferecer garantias baseadas na geração de resultados (lucro). O veto ocorreu sob o argumento de que a falta de precisão legal atrairia riscos ao caixa da União. No âmbito do Programa Sintonia, Lula vetou o desconto de até 70% em multas e juros moratórios, além da utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL para quitar até 30% do saldo devedor, alegando que tais benefícios contrariam o interesse público ao ampliar o gasto tributário federal. Por fim, também foi vetado o prazo de até 120 meses para a quitação de tributos, visto que a concessão de diferimento superior a 60 meses desrespeita os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. **D**

Enel falhou pelo terceiro ano seguido em gestão de crise de distribuição de energia em SP



Novo capítulo

Governo federal determina apuração rigorosa sobre as falhas na prestação de serviços da Enel SP. Ação envolverá Minas e Energia, AGU, CGU e Aneel

A novela relacionada às falhas da Enel em São Paulo ao final do ano passado, que gerou uma movimentação que uniu as esferas municipal, estadual e federal para definir se o contrato de prestação de serviços deveria ser encerrado antes do vencimento, ganhou desdobramento em janeiro. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou formalmente que o governo federal rea-

Histórico de problemas

A desastrosa gestão da crise provocada pelo vendaval de dezembro resultou em prejuízos bilionários decorrentes da falta de energia para empresas e cidadãos, e devido à sequência de três anos de problema similar, as três esferas de governo decidiram colocar um ponto final no relacionamento com a empresa com sede na Itália. O apagão em São Paulo aconteceu em 10 de dezembro em decorrência de um ciclone extratropical, em que a velocidade dos ventos alcançou 98 quilômetros por hora na Lapa, bairro da zona oeste da capital. Foi inédito nos registros do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) desde o início das medições, em 1963.

O vendaval deixou 4,4 milhões de clientes da empresa sem energia elétrica na grande São Paulo. O fenômeno levou os setores de comércio e serviços a perderem mínimo de R\$ 1,5 bilhão. O levantamento é da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), divulgado pouco depois. Essa não foi a primeira vez que a Enel atraiu a fúria dos paulistanos. Apesar da causa ser distinta, o apagão que se seguiu a fenômenos climáticos foi similar aos observados em outros episódios registrados nos últimos dois anos. Assim como na temporada de 2025, os meses de novembro e dezembro de 2023 e 2024 foram marcados por abalos na estrutura de fornecimento de energia na capital em decorrência das típicas tempestades recorrentes nesta época do ano.

Não só os paulistas, contudo, já se viram em apuros por culpa do serviço precário prestado pela empresa italiana, claramente incapaz de se adequar à situação climática. No Brasil, Rio de Janeiro e Goiás já assistiram a um filme parecido. Além das fronteiras do país, a Enel já viveu crises similares no Chile e até mesmo em seu país de origem, a Itália. Se concretizado o fim contratual (o contrato se encerra em 2028), esta será a primeira caducidade decretada na história do setor de distribuição de energia — e a Enel terá então direito à indenização bilionária.



Vendaval em dezembro deixou 4,4 milhões de clientes sem energia em SP

REPRODUÇÃO/FACEBOOK

lize uma apuração rigorosa sobre as sucessivas falhas na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica pela Enel SP na região metropolitana de São Paulo. Em despacho publicado no Diário Oficial da União (DOU), o chefe do Executivo estabeleceu que o Ministério de Minas e Energia, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) promovam, em conjunto com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), todas as medidas cabíveis e necessárias para assegurar a plena garantia de um serviço público adequado, contínuo e eficiente à população.

Nessa ofensiva institucional, o despacho presidencial solicita que a AGU elabore um relatório circunstanciado detalhando as providências adotadas pela Enel SP desde a primeira interrupção relevante do fornecimento, autorizando o uso de todas as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias, o que inclui a requisição direta de informações junto à Aneel. Paralelamente,

cabe à CGU a tarefa de identificar eventuais responsabilidades dos entes federativos envolvidos e da própria agência reguladora, investigando as razões para a ausência de uma atuação tempestiva dos órgãos competentes, especialmente diante dos reiterados pedidos já feitos pelo Ministério de Minas e Energia para a instauração de processos administrativos que apurassem as falhas recorrentes na concessão.

A crise da Enel SP, que está sob intenso escrutínio desde o final de 2023, agravou-se no mês passado após a passagem de um ciclone extratropical que interrompeu o fornecimento de energia para milhões de consumidores na região metropolitana de São Paulo. Diante do histórico, a Aneel já havia instaurado, ainda em 2024, um processo administrativo que pode culminar na caducidade da concessão da distribuidora, investigação esta que passará a incorporar a atuação da empresa no mais recente episódio de falta de luz de grandes



Prejuízos a comércio e serviços chegaram a R\$ 1,5 bilhão em dezembro

PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

proporções ocorrido em 2025. Embora o órgão regulador tenha iniciado a análise da intimação à concessionária em novembro do ano passado, a decisão final está suspensa devido a um pedido de vista de um dos diretores, que aguarda a conclusão do relatório final de fiscalização técnica sobre o último apagão para retomar o julgamento do processo.

Em dezembro, após o estouro do problema no dia 10 (quando ocorreu o ciclone extratropical), a Enel confirmou, em nota, que sua área de concessão foi afetada por um ciclone extratropical e um “vendaval histórico”, e trechos inteiros da rede foram danificados. Em São Paulo, a companhia é responsável pela distribuição de energia para 24 cidades da região metropolitana, incluindo a capital. Depois dos graves problemas vivenciados em decorrência do clima nos últimos dois anos, a companhia voltou a fazer contratações, conforme já havia prometido, mas o quadro ainda é menor que o de 2019 – ano em que assumiu a operação. De acordo com o balanço do

terceiro trimestre de 2025, o quadro é formado por 20.185 colaboradores, somando próprios e terceirizados. Em 2019, esse número era de 23,8 mil. Ou seja, o quadro é hoje ainda 15,31% menor.

Desde os últimos meses de 2023 até agora, a Enel em São Paulo havia se comprometido a aumentar suas equipes e melhorar a resiliência das redes elétricas. Além disso, a concessionária anunciou investimentos bilionários prometendo preparar-se para os eventos climáticos extremos mais recorrentes. Em setembro do ano passado, a empresa anunciou que iria ampliar as suas operações de campo com a contratação de cerca de cinco mil novos colaboradores próprios e a incorporação de 1.650 novos veículos à frota até 2026, como forma de reforço estrutural. As ações integram um plano de investimentos de R\$ 20 bilhões anunciados pela Enel Brasil em junho de 2024, recursos aplicados nos anos seguintes, principalmente para reforçar as operações de suas distribuidoras de energia nos estados de São Pau-

lo, Rio de Janeiro e Ceará. Trata-se de injeção de musculatura para atuar após os impactos no fornecimento de energia causados por eventos climáticos.

O CEO da Enel Brasil, Antonio Scala, destacou na ocasião o aumento do nível anual de investimentos a serem executados nas concessionárias do grupo. Em São Paulo, o valor investido anualmente passaria de R\$ 1,4 bilhão no período entre 2018-2023 para R\$ 2 bilhões em 2024-2026. Mas enquanto o número de colaboradores terceirizados e próprios entre 2019 e 2025 diminuiu, o número de consumidores faturados (ou seja, as unidades consumidoras) cresceu. Nos últimos seis anos são 782.468 pessoas a mais. A Enel levou a cabo no período algumas ações de reestruturação no quadro de pessoal, mas disse que isso não impactou o efetivo de profissionais que atuam diretamente em campo. Eventuais ajustes ocorreram no âmbito administrativo, alinhados à modernização, digitalização e à eficiência operacional da companhia. **D**



Representantes do Mercosul e da UE esperam assinatura formal neste sábado, 17

RICARDO STUCKER/REUTERS

Uma nova fronteira para o Mercosul

Em um mundo marcado pela tensão geopolítica, o maior acordo de livre comércio do planeta ganha sinal verde depois de duas décadas de negociações — e forma um mercado de US\$ 22 trilhões com 700 milhões de consumidores

Alexandre Inacio

Não há mais tempo. O que está escrito no acordo entre Mercosul e União Europeia não pode mais ser alterado. O que falta agora é a assinatura, simbólica, entre os dois blocos, marcada para este sábado, 17 de janeiro, no Paraguai. Se nenhuma reviravolta de última hora ocorrer para atrasar um pouco mais essa etapa – a França conseguiu travar a assinatura do acordo em dezembro ao convencer os italianos, mas agora o apoio caiu por terra –, consolida-se o acordo de livre comércio entre os dois blocos de países depois de pouco mais de duas décadas de impasses diplomáticos, um dos marcos mais profundos e complexos da história econômica contemporânea.

O tratado econômico vai redesenhar as fronteiras competitivas de um mercado que engloba 700 milhões de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) combinado de aproximadamente US\$ 22 trilhões. A economia da maior área de livre comércio do mundo só perde para a norte-americana, com um

PIB próximo a US\$ 29 trilhões, e supera a da China – de US\$ 19 trilhões. Os setores beneficiados no Brasil, liderados pelo agronegócio exportador e por indústrias de nicho como calçados e minerais, terão acesso a um dos mercados mais sofisticados do globo. Por outro lado, setores sensíveis da indústria e da agropecuária subsidiada sofrerão uma pressão competitiva sem precedentes.

Mas o resultado final para a economia brasileira dependerá menos do texto do acordo e mais da capacidade do país em utilizar o período de transição tarifária para implementar reformas estruturais, reduzir o custo de produção e garantir que a sustentabilidade seja tratada como um diferencial competitivo e não apenas como um ônus regulatório. A área de livre comércio que o Brasil ajuda a formar junto com os outros países do Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai, fundadores do bloco) e os 27 países que integram a União Europeia é uma espécie de mapa para o crescimento, mas o sucesso da jornada exige-

rá a modernização produtiva que o país adiou por décadas.

É que o tratado não se limita a uma mera redução de barreiras alfandegárias. Ele impõe uma transformação na forma como o Brasil se insere nas cadeias globais de valor, exigindo uma análise técnica sobre a dicotomia entre o ganho de escala e os riscos de desindustrialização para os setores menos competitivos. Um acordo com essa envergadura vai muito além de meras questões comerciais, já que estreita laços políticos. Pedro de Camargo Neto, ex-secretário de produção e comercialização do Ministério da Agricultura, que liderou as primeiras disputas comerciais do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), avalia que essa negociação reforça vínculos empresariais entre os dois blocos em um momento crucial do cenário global, marcado por tensões protecionistas e reconfigurações geopolíticas.

“O momento geopolítico levou a União Europeia a se aproximar. A Euro-

O acordo seria assinado durante a última cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu, mas foi adiado



RICARDO STUCKERT/PR

pa, que sempre teve os Estados Unidos como grande parceiro, vê agora o [Donald] Trump querer invadir a Groenlândia e está com a Rússia ali do lado brigando com a Ucrânia. Acredito que a finalização [do acordo] veio muito mais da União Europeia de não querer ficar sozinha no mundo, do que do Brasil, mas é positiva para todo mundo”, afirma Camargo Neto.

Nas contas da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (ApexBrasil), o acordo entre Mercosul e União Europeia vai gerar um aumento de US\$ 7 bilhões nas exportações do Brasil. No ano passado, o país já buscou uma maior aproximação com o bloco europeu por conta da política de tarifas de Donald Trump. A estratégia levou o Brasil a incrementar em 4% suas vendas e a expectativa é crescer ainda mais.

Ainda que exista atualmente um certo consenso sobre as vantagens que alguns setores poderão ter de imediato, vozes dentro do próprio setor exportador consideram o lado europeu mais beneficiado em um primeiro momento. Isso ocorre por conta do conhecido “Custo Brasil” – carga tributária, custo de capital, insegurança jurídica, entre outros itens, tornam mais caro e burocrático operar no país em comparação a outros mercados mundo afora. Esse fator ainda reduz a competitividade de muitos segmentos econômicos brasileiros.

“Em princípio, a assinatura do acordo entre o Mercosul e a União Europeia será um jogo de ganha-ganha. Eu digo ‘será um jogo de ganha-ganha’ porque, no curto prazo, quase que imediato, esse ganha vai ocorrer para a União Europeia. E, num segundo momento, quem vai ganhar serão as empresas do Mercosul, principalmente as commodities”, afirma José Augusto de Castro, presidente-executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

De qualquer forma, o agronegócio brasileiro posiciona-se como o beneficiário mais evidente e imediato do texto final. O setor reafirma sua posição de potência global em um momento em que as exportações para outros mercados tradicionais, como os Estados Unidos, enfrentaram instabilidades recentes devido a políticas de sobretaxas. O acordo com o bloco europeu atua como um porto seguro estratégico, garantindo



Ursula von der Leyen, da Comissão Europeia, e Lula: interesse geopolítico

RICARDO STUCKERT/PR

acesso preferencial a um mercado de alto poder aquisitivo. Setores como a fruticultura, a produção de óleos vegetais e o café solúvel emergem com ganhos substantivos.

No caso do café processado, as tarifas europeias que antes chegavam a 9% serão eliminadas em um prazo de quatro anos, conferindo aos produtores brasileiros uma paridade competitiva essencial frente aos concorrentes asiáticos, em especial ao Vietnã. Da mesma forma, a eliminação de taxas para peixes e crustáceos abre janelas de oportunidade para a economia do Nordeste, especialmente o Ceará, que lidera a produção nacional de camarão e busca retomar espaço no continente europeu. “Do lado do agro, tem produtos onde ele é vencedor. E tem os produtos polêmicos, onde ele ganha algumas cotas, como por exemplo, a carne bovina. É uma cota, eu diria, quase irrelevante, no sentido de que primeiro ela não é grande e, segundo, não é grande o suficiente para movimentar o mercado”, diz Camargo Neto.

A liberalização do setor de proteínas animais é acompanhada por um sistema de cotas rígido, fruto das intensas pressões políticas exercidas por agricultores europeus, notadamente na França e na Polônia. A carne bovina terá uma cota específica de 99 mil toneladas para o bloco sul-americano, com tarifa reduzida de 7,5%, além da eliminação imedia-

ta da tarifa de 20% sobre a Cota Hilton (acordo sobre a exportação de cortes nobres). Para as aves, o volume adicional de 180 mil toneladas com tarifa zero, escalonado em seis anos, oferece um horizonte de crescimento para a agroindústria, embora o acesso pleno ainda esbarre em mecanismos de salvaguarda.

Essas salvaguardas, aprovadas pela União Europeia como um regulamento interno, permitem a suspensão temporária de benefícios caso o aumento das importações seja considerado prejudicial ao produtor local, o que gera apreensão entre as entidades de classe brasileiras pela subjetividade técnica que tais medidas podem carregar. Produtores franceses do agro, sobretudo de proteínas, têm se mostrado absolutamente descontentes com o sinal verde para o acordo – e nesta semana inclusive tomaram Paris e fecharam alguns portos da França em protesto.

No setor industrial, a realidade é matizada por cronogramas de transição que visam amortecer o choque da concorrência externa. O setor de calçados de couro é um dos que projeta maior otimismo, com estimativas de crescimento agressivo nas exportações para o mercado europeu, onde a eliminação tarifária total deve ocorrer em até sete anos. Por outro lado, a indústria de transformação enfrenta o desafio de competir com a eficiência e o desenvolvimento

Os principais pontos do acordo Mercosul-UE

1. Eliminação de tarifas alfandegárias

- Redução gradual de tarifas sobre a maior parte dos bens e serviços;

	Mercosul	União Europeia
Porcentagem de tarifas zeradas	91% dos bens europeus	95% dos bens do Mercosul
Prazo (em anos)	Até 15	Até 12

2. Setores beneficiados

- Agronegócio
- Máquinas e equipamentos;
- Automóveis e autopeças;
- Produtos químicos;
- Aeronaves e equipamentos de transporte.

3. Próximos passos

- Assinatura prevista para 17 de janeiro, no Paraguai;
- Aprovação pelo Parlamento Europeu;
- Ratificação nos Congressos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai;
- Entrada em vigor apenas após conclusão de todos os trâmites;
- Acordos que extrapolam política comercial precisam ser aprovados pelos parlamentos de cada país.

tecnológico das manufaturas europeias. O setor automotivo brasileiro, ciente de sua sensibilidade, obteve um dos prazos mais longos do tratado: a desgravação tarifária para veículos a combustão será diluída em 15 anos, enquanto tecnologias de ponta, como veículos movidos a hidrogênio, terão até 30 anos para atingir a tarifa zero.

“Temos 10%, aproximadamente, dos produtos que não terão tarifas zeradas. Outros 30% terão tarifas zero em 15 anos, e aproximadamente 60% dos produtos nós temos dez anos. Então, veja bem, 10 a 15 anos é tempo suficiente para o Brasil fazer todas as reformas, as melhorias macroeconômicas necessárias para ganhar competitividade. Por isso eu acho que sim, é um motivo para ficar otimista”, afirma José Velloso, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

O fôlego de timing é considerado vital para que o parque industrial brasileiro realize a transição para a economia verde sem sofrer um desmonte estrutural imediato diante da entrada de modelos europeus altamente subsidiados ou tecnologicamente superiores. Segundo Velloso, as indústrias de máquinas brasileiras vão mirar mercados onde o setor industrial é menos desenvolvido. É o caso de muitos países no Leste Europeu, que investem na indústria, agricultura e infraestrutura. Os produtos mais exportados pelas empresas nacionais são máquinas agrícolas, máquinas rodoviárias, embalagem, plástico, alimentos, máquinas para saneamento, geração de energia e, principalmente, componentes de máquinas.

Pontos de risco

O impacto no Brasil se mostra heterogêneo. Em estados com forte vocação para bens de consumo, o acordo traz um benefício direto ao consumidor, que terá acesso a vinhos, queijos, azeites e chocolates europeus com preços reduzidos devido à queda de tarifas que podem chegar a zero em prazos curtos. Contudo, essa mesma facilitação pressiona as cadeias produtivas locais, especialmente o setor de laticínios, que se vê ameaçado pela competição com o leite europeu, historicamente beneficiado por subsídios que os produtores nacionais não possuem.



Velloso, da Abimaq: prazo para a redução de tarifas é tempo suficiente para ganho de competitividade

A indústria brasileira de bebidas alcoólicas também terá de se reinventar em qualidade e marketing para manter sua fatia de mercado frente aos rótulos tradicionais da Europa que passarão a ser itens de consumo cotidiano, e não mais de luxo. Na leitura da AEB, os segmentos com mais dificuldade de exportar para a União Europeia serão os mais industrializados. “Quanto mais industrialização, maior a dificuldade que nós temos de reduzir custos. Por quê? Porque no sistema brasileiro, cada vez que uma empresa agrega valor a um produto, também agrega um maior custo direto”, afirma Castro.

E no final das contas isso será inevitável. As empresas terão de investir. “O Brasil está com sua produtividade muito atrasada. Perdemos muita nas últimas décadas, principalmente a do trabalho. O Brasil chegou a ter 50% da produtividade dos Estados Unidos, hoje tem só 25%. É que existe pouco investimento em bens de capital e em capital relacionado à produtividade do trabalhador”, segue Velloso, da Abimaq.

Um ponto central das negociações conduzidas nos últimos anos foi a preservação do poder de compra do Estado como ferramenta de política industrial. O capítulo de compras governamentais foi ajustado para excluir o Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo que o governo brasileiro mantenha autonomia para fomentar a indústria farmacêutica e de equipamentos médicos local por meio de licitações protegidas.

Protestos acalorados

O cenário geopolítico que envolve a ratificação do acordo é de extrema volatilidade. Na Europa, a oposição liderada pela França reflete o temor de que o setor agrícola do continente seja dizimado pela eficiência do Mercosul, em especial do Brasil. O governo francês enfrenta moções de censura e protestos violentos nas ruas, o que pode atrasar o processo legislativo no Parlamento Europeu. Já no Mercosul, a coesão do bloco é testada por turbulências políticas vizinhas e pela necessidade de ratificação nos congressos nacionais de cada país-membro.

O Brasil, no entanto, sinaliza uma postura de liderança multilateral, utilizando o acordo como um trampolim para futuras negociações com outros parceiros, como o Japão e o Reino Unido. Em conclusão, a assinatura do acordo entre Mercosul e União Europeia marca o fim de uma era de relativo isolamento comercial brasileiro, no que diz respeito a novos acordos bilaterais, e inaugura um período de integração forçada.



Produtores franceses reforçaram mobilização contra o acordo

Além disso, foram preservadas as margens de preferência para micro e pequenas empresas e para a agricultura familiar, assegurando que o acordo não inviabilize programas sociais de desenvolvimento local. Em contrapartida, as empresas brasileiras ganham a possibilidade inédita de disputar contratos públicos no mercado europeu, o que exige um salto em governança e transparência.

A questão ambiental, vale dizer, traz riscos já que atravessa todo o tratado de forma transversal e impositiva. A União Europeia vinculou os benefícios comerciais ao estrito cumprimento do Acordo de Paris e ao combate ao desmatamento ilegal. Este fator transforma a sustentabilidade em um pilar econômico. Produtos que não comprovem rastreabilidade ou que estejam vinculados a áreas degradadas poderão ser excluídos das vantagens tarifárias.

A exigência é vista tanto como uma barreira não tarifária quanto como um incentivo para que o Brasil acelere sua agenda de bioeconomia e regularização ambiental, tornando o selo de produção

sustentável uma condição para a viabilidade das exportações a longo prazo. Do ponto de vista tributário e burocrático, o acordo atua como um catalisador de reformas internas. Economistas apontam que a exposição à competição externa torna insustentável a manutenção de um sistema tributário complexo e de custos logísticos elevados que resulta no "Custo Brasil".

A tendência é que o país seja forçado a simplificar impostos – vale pontuar a reforma tributária em andamento – e modernizar sua infraestrutura para que a produção local possa, de fato, aproveitar as janelas de oportunidade abertas pelo tratado. A redução de tarifas sobre insumos industriais e bens de capital (máquinas e equipamentos) vindos da Europa pode, paradoxalmente, auxiliar nessa modernização, barateando a renovação tecnológica das fábricas brasileiras.

Um outro aspecto vital do acordo é o fluxo de investimentos estrangeiros diretos. A previsibilidade jurídica trazida por um tratado internacional deste porte tende a atrair capitais europeus para

setores de infraestrutura, energia verde e tecnologia. Com regras mais claras sobre proteção de investimentos e redução de discriminação regulatória, empresas europeias podem ver no Brasil não apenas um mercado de consumo, mas uma base produtiva para exportação global. Essa integração produtiva é a grande aposta para evitar que o país se torne apenas um exportador de matérias-primas, incentivando a criação de polos tecnológicos conjuntos e a transferência de conhecimento técnico.

A economia brasileira encontra-se, portanto, em uma encruzilhada: o acordo é a ferramenta para a modernização definitiva, mas exige uma agilidade de adaptação que testará a resiliência de empresários e a eficiência dos formuladores de políticas públicas nos próximos anos. O sucesso do Brasil neste novo cenário internacional será medido pela sua capacidade de se tornar um parceiro indispensável na nova economia de baixo carbono – utilizando o mercado europeu como o principal palco para a demonstração de força e eficiência. **D**



Tratado passa agora por parlamentos dos países, e fase pode levar anos

Uma etapa superada

A costura do acordo entre Mercosul e União Europeia levou 26 anos para o sinal verde. Quais foram as travas vencidas e quais são os próximos passos

João Vitor Revedilho

Vinte e seis anos separam o começo das negociações até a assinatura de um dos acordos mais esperados da política externa global. Apesar das resistências até aqui, contudo, Mercosul e União Europeia (UE) viraram uma importante página recheada de conflitos – e deram o passo inicial para criar a maior área de livre comércio do mundo. Para isso, porém, um longo caminho foi percorrido por equipes distintas de especialistas em diplomacia desde 1999, quando Fernando Henrique Cardoso era presidente do Brasil. As tratativas chegaram a travar em diferentes momentos ao longo dessas duas décadas e meia. E ainda não acabou: a partir da assinatura formal, prevista para este sábado, 17, os parlamentos europeu e de cada país terão de aprová-lo individualmente. Es-

ta, contudo, será uma segunda etapa, a qual poderá levar outro tanto de tempo para que as negociações de fato comecem a ocorrer. O governo (não poderia ser diferente) está otimista: acredita que o acordo passa a valer, na prática, já ao final de 2026, disse o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

Paralisado ao final na década passada, o tratado voltou à pauta dos governos envolvidos em 2023 – e ganhou status de prioridade a partir de 2024. A atuação brasileira em anos recentes foi fundamental para que o acordo, enfim, saísse na prática. Desde que assumiu o terceiro mandato, em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tomou dianteira ao pressionar o parlamento europeu a efetivar o acordo. O Planalto chegou a criar expectativa de assinatura em dezembro

passado, mas não ocorreu por pressão sobretudo da França, com muitos de seus agricultores insatisfeitos e fazendo barulho. A Comissão Europeia só aprovou a medida no último dia 9 de janeiro, com o aval da presidente do colegiado, Ursula Von der Leyen, com quem Lula se reunirá neste fim de semana pouco antes do evento de assinatura.

A aproximação comercial dos dois blocos sempre foi uma prioridade para o Mercosul. Já na União Europeia, a ideia nem sempre foi bem vista. Nas primeiras conversas, em junho de 1999, os europeus buscavam reduzir a influência dos Estados Unidos sobre a América Latina com a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), um bloco econômico que visava reunir todas as nações americanas, exceto Cuba, que

nunca saiu do papel. A possibilidade à época preocupou o Velho Continente, que via uma tentativa da Casa Branca de reduzir o protagonismo do comércio europeu. Com a falência da Alca, a UE passou a esfriar as negociações, deixando o Mercosul em banho-maria por anos. O impasse sempre se concentrou em agronegócios e indústria, com segmentos divididos entre o apoio e a resistência à formação do bloco dependendo do ganha ou perde.

“Nos 25 anos de negociações entre Mercosul e União Europeia, houve avanços e paralisações. O Brasil inicialmente tinha interesses divergentes: o agronegócio queria acesso ao mercado europeu, enquanto a indústria temia a concorrência. Com o tempo, a indústria percebeu que a abertura poderia trazer insumos de qualidade e ganhos de produtividade, alterando sua posição”, rememora Aloysio Nunes Ferreira, ex-chanceler brasileiro e hoje diretor de assuntos estratégicos da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), em Bruxelas, na Bélgica.

Em meio às travas ao longo dessas duas décadas, Lula tentou retomar as negociações ao final de seu segundo mandato, em 2010. Mas o Mercosul ainda estava longe do protagonismo para os europeus nos debates. A tese estratégica em busca de aprovação esquentou anos mais tarde, em 2016, com a volta das conversas para um acordo técnico que chegou a ser encerrado três anos depois, na gestão de Jair Bolsonaro (PL). Foi nessa época, porém, que o processo voltou a arrefecer. O Brasil explodia em número de casos de queimadas ilegais na Amazônia, gerando cobranças dos governos europeus, que logo condicionaram o fechamento do trato mediante o cumprimento das metas estabelecidas pelo Acordo de Paris. A condição foi acatada apenas em 2024, já no terceiro e atual mandato de Lula.

“As negociações levaram 26 anos não por incompetência ou burocracia excessiva, mas por refletirem os altos e baixos da política e das relações entre os blocos”, disse Carolina Paveze, doutora em Relações Internacionais pela London School of Economics. A parte comercial, diz, chegou a ser concluída em junho de 2019, no início do governo Bolsona-

Acordo pode entrar em vigor no segundo semestre de 2026, acredita Alckmin



RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

ro. Mas as relações entre Brasil e União Europeia se deterioraram rapidamente não só devido à política ambiental do governo anterior, mas também à política externa. Além disso, o processo sofreu um déficit democrático grave: o texto ficou quase vinte anos sendo negociado em sigilo, sem escrutínio público, o que é particularmente problemático para a UE, onde tratados são amplamente debatidos, continua a especialista.

A demora no acordo tem forte influência de setores do agronegócio europeu. Protecionista, a França liderou a oposição e ainda é pressionada pelo mesmo setor para defender mudanças severas no tratado. Outros países, como Hungria e Polônia, fazem coro ao governo francês. Mesmo assim, o sinal verde para encerrar a negociação era questão de tempo. É que a pressão de Lula aliada ao empurrão do cenário geopolítico internacional de hoje ajudaram a acelerar a assinatura. Por um lado, o presidente brasileiro queria emplacar um gol para robustecer sua campanha eleitoral em 2026, apostando, em uma das frentes, na recuperação da imagem do país no cenário global.

Lula chegou a dar um ultimato aos líderes europeus para o avanço do texto. “Quando a Itália ameaçou inviabilizar a ratificação, ele negociou diretamente com a primeira-ministra do país, Giorgia Meloni, concedendo o tempo necessário para ajustes internos, mas deixando claro que o Brasil não esperaria indefinidamente”, lembra Nunes, que

chegou a intermediar algumas conversas com representantes do parlamento europeu. Ademais, o enfraquecimento da União Europeia frente a outras potências, como Estado Unidos, China e Rússia, foi outro fator que impulsionou a quebra das barreiras comerciais. Líderes europeus não escondem o incômodo com o avanço norte-americano, conduzido pelo presidente do país Donald Trump, no cenário global. “A política comercial imprevisível de Trump acelerou o processo. Fez os europeus buscarem parceiros mais confiáveis e estáveis, e o Mercosul, populoso e com laços históricos e econômicos profundos com a Europa tornou-se opção estratégica natural”, analisa Nunes.

Apesar do acordo fechado, ainda há processos para a efetivação na prática. O texto deverá passar pelo parlamento europeu e por autoridades governamentais de todos os países do Mercosul. Desse modo, o processo não deve ser breve – e pode levar mais de uma década para ser oficializado. “O acordo pode não entrar em vigor em curto ou médio prazos. Sua ratificação é complexa por contar com três pilares (comercial, político e de cooperação)”, disse Carolina. Só o pilar comercial é de competência exclusiva da União Europeia. Os outros envolvem áreas compartilhadas com os Estados-membros, exigindo aprovação individual nos 27 parlamentos de cada país do bloco, um processo que pode levar até dez anos, como ocorreu no âmbito do acordo fechado com o Canadá. **D**

Dinheiro no mundo

As notícias que se destacaram no noticiário internacional

Estados Unidos

A Copa e o ataque de drones

Os Estados Unidos vão investir US\$115 milhões em medidas contra drones para reforçar a segurança durante a Copa do Mundo da Fifa e as comemorações do 250º aniversário do país. O torneio de futebol será um teste importante para a promessa do presidente americano, Donald Trump, de manter o país em segurança durante o evento que espera mais de um milhão de viajantes. A ameaça de ataques de drones tornou-se uma preocupação crescente desde que a guerra na Ucrânia demonstrou a capacidade letal dos equipamentos.

Venezuela

ExxonMobil é ameaçada por Trump

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse no domingo, 11, que poderia impedir a norte-americana ExxonMobil de investir na Venezuela. A ameaça do presidente americano foi feita depois que o presidente-executivo da companhia, Darren Woods, disse a Trump que a Venezuela precisaria mudar suas leis antes de se tornar uma oportunidade atrativa de investimento. Trump reuniu cerca de vinte executivos de petrolíferas na sexta, 9, e pediu ao grupo que investisse US\$ 100 bilhões para revitalizar a indústria venezuelana. O ex-ditador do país, Nicolás Maduro, capturado por Trump, segue preso em Nova York.

França

Agricultores bloqueiam portos e estradas

Agricultores franceses revoltados com o sinal verde para o acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercosul intensificaram as manifestações no país, e ocuparam portos e rodovias nesta semana. Com a proximidade da assinatura do acordo, no próximo sábado, no Paraguai, os atos se espalharam pela França. Os manifestantes bloquearam os portos de Bayonne e La Rochelle, no sudoeste francês, e operações perto de Lille (norte), na autoestrada A1, a mais concorrida do país. Os apoiadores do acordo acham o pacto essencial para estimular as exportações e sustentar a economia no continente, mas os críticos temem invasão de produtos agropecuários mais baratos.

Irã

Parceiros comerciais em xeque

O Irã, importante produtor de petróleo integrante da OPEP, é o instrumento bola da vez no jogo geopolítico do presidente norte-americano Donald Trump. Ele estabeleceu nesta semana que qualquer país que fizer negócios com os iranianos pagarão tarifa de 25% sobre o comércio com os Estados Unidos. O Irã (que travou guerra com Israel, aliado americano, em 2025) vive forte tensão política, quando seus líderes governistas tentam sufocar os maiores protestos antigoverno em anos. Vale lembrar que a lista de principais parceiros comerciais do Irã inclui a China, os Emirados Árabes Unidos e a Índia.

55

55 dias se passaram e os **credores** do Banco Master ainda não sabem quando irão receber o dinheiro que investiram por meio da instituição. Os recursos, com total calculado em R\$ 41 bilhões, serão devolvidos pelo **Fundo Garantidor de Crédito (FGC)**. O maior intervalo entre a liquidação de um banco e os pagamentos aos credores soma pouco mais de três anos, no processo do Banco de Financiamento Internacional, na década de 1990.

ines249



ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

R\$ 8.475

é o **novo teto dos benefícios do INSS** em 2026, oficializado pelo governo federal na última segunda-feira, 12. O reajuste para aposentados e beneficiários que recebem acima de um salário mínimo foi de 3,9%, informou o Ministério da Previdência Social.

88,6%

do Produto Interno Bruto (PIB) é o pico da **dívida bruta brasileira**, a ser alcançado em **2032**, estimou o Tesouro Nacional. O órgão "caixa" do governo federal piorou significativamente suas projeções para a dívida pública diante do elevado nível de juros. A previsão do relatório anterior, de julho do ano passado, previa um pico mais baixo, de 84,3% do PIB em 2028, caindo gradualmente até atingir 82,9% do PIB em 2035. Para 2026 é de 83,6% do PIB.

R\$ 500 mi

é o valor de **outorga mínima** a ser oferecido pelos interessados no leilão do terminal portuário Tecon 10, no **porto de Santos**, informou o Ministério de Portos e Aeroportos nesta semana.



VOSMAR ROSA/IMPOR

US\$ 1 mi

é o valor estimado do **pacote de premiação** aos vencedores do **Globo de Ouro**, que reúne 37 experiências e itens de luxo. A peça central é a bolsa Signature Duffel Bag, da Atlas Bespoke, desenvolvida para a 83ª edição do evento que premiou o filme brasileiro "O agente secreto" (vencedor da categoria melhor filme em língua não inglesa) e o ator Wagner Moura — o primeiro brasileiro a vencer um Globo de Ouro.



Ganho real da poupança foi de 3,77% no ano passado, o maior em 19 anos

Um bom ano para a poupança

A rentabilidade das cadernetas superou a inflação pelo quarto ano seguido em 2025, retrato favorecido pela desaceleração do IPCA – mas o CDI ainda supera o ganho com folga

Darlan Alvarenga

A rentabilidade da caderneta de poupança superou a inflação pelo quarto ano seguido em 2025. A modalidade de investimento mais popular do país teve rendimento de 8,19% no ano passado, enquanto a inflação ficou em 4,26%. Com isso, o ganho real foi de 3,77%. O levantamento é da consultoria Elos Ayta. Esse foi o maior ganho real (descontada a inflação) em 19 anos, perdendo só para o retorno de 5,10% registrado em 2006. Em termos nominais, no entanto, foi o melhor resultado desde 2016.

O cálculo da rentabilidade da caderneta de poupança considera a taxa referencial (TR) mais uma remuneração fixa de 0,5% ao mês. Esta fórmula vale enquanto a taxa Selic estiver acima de 8,5% ao ano – a taxa básica de juros está atualmente em 15% ao ano, a maior em duas décadas. O resultado de 2025 foi favorecido pela desaceleração da inflação no país, que voltou a fechar abaixo do teto da meta perseguida pelo Banco Central (BC) e também menor que as expectativas do mercado.

Num cenário de juros elevados, contudo, a poupança ficou atrás do retorno oferecido por diversos outros investimentos. O Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que acompanha de perto a Selic e é o principal indexador de investimentos da renda fixa, bateu de longe a poupança, fechando 2025 com ganho real de 9,65%. O levantamento da Elos Ayta mostra que mesmo nos anos em que o CDI perdeu para a inflação, o retorno ainda foi melhor que o da caderneta de poupança.



A alta dos juros favorece a renda fixa, mas o cenário começa a mudar um pouco em 2026

FREPIK

Como fica a era da renda fixa

O cenário econômico de 2026 se desenha como um divisor de águas para o investidor brasileiro por causa do esperado início da baixa dos juros, fator que vai mexer com o mercado de investimentos. O consenso do mercado financeiro aponta para o início de um ciclo de afrouxamento da taxa básica já no primeiro semestre, com projeções de que a Selic chegue a dezembro em 12,25% ao ano. O otimismo é contrabalançado pela cautela fiscal, típica de anos eleitorais, e pela postura vigilante do Banco Central diante do retrato.

O ambiente à frente marca o fim da era da “renda fixa fácil” a 15% ao ano. Desse modo, especialistas sugerem uma transição gradual: embora os títulos pós-fixados, atrelados ao CDI, ainda sejam essenciais para formar reservas de emergência, há oportunidade em travar taxas elevadas em títulos prefixados e IPCA+. A recomendação de analistas é focar em vencimentos intermediários, com duração média de seis anos, evitando a volatilidade excessiva dos papéis de longo prazo. Ademais, pode ser um momento de olhar outra vez para a renda variável.

Para mexer na carteira de investimentos, o ano vai exigir uma certa ‘cautela estratégica’ do investidor. Especialistas elencam alguns outros passos, além do que já foi citado, como aproveitar o desconto das ações brasileiras e manter uma parcela relevante do patrimônio em dólar para mitigar os riscos de um cenário político-econômico que ainda carece de definições fiscais claras.

O cenário explica, em parte, o movimento de fluxos de recursos. O ano passado foi o quinto ano seguido de saques superando depósitos na poupança no Brasil. A modalidade registrou saídas líquidas de R\$ 85,6 bilhões, bem acima dos saques de R\$ 15,5 bilhões registrados no ano anterior, de acordo com dados divulgados pelo BC. O ano de 2025 teve apenas três meses de depósitos líquidos na poupança – maio, junho e dezembro, este último de R\$ 5,410 bilhões.

O CDI e a renda fixa

O ambiente econômico de 2025 manteve a renda fixa no pedestal. Foi o tipo de investimento preferido pela maior parte dos brasileiros porque há menos risco embutido em comparação aos ativos de renda variável – como as ações de companhias listadas na bolsa de valores. A média do CDI, informa a mesma consultoria Elos Aytá, tem subido ano a ano em anos recentes. Em 2023, acumu-

lou alta de 13,04%, enquanto em 2024 avançou mais 10,88%. Somente em 2025, até dezembro, somava valorização de 13,95%. No agregado dos três anos mais recentes, o ganho ficou próximo a 42%.

Com esse pano de fundo, títulos de renda fixa como o Tesouro Direto (títulos do governo federal), Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letras de Crédito do Agro e Imobiliárias (CDA e CDI), além de debêntures (neste caso as incentivadas, que não cobram imposto, mas há mais risco porque são títulos de dívida de empresas) ficaram mais atraentes no ano passado. Nesse cenário, o programa do Tesouro Direto bateu recorde de atratividade de recursos. Esse é o tipo de título que o investidor compra para emprestar dinheiro para o governo federal. O estoque alocado em diferentes alternativas de títulos cresceu perto dos 30% de um ano para o outro, e alcançou R\$ 200 bilhões em novembro passado, o dado mais recente. **D**



Piellusch, da FIA, rememora que há a opção da ferramenta automática

A dúvida do reinvestimento

Vencimento de títulos no Tesouro Direto, programa que atraiu enorme fluxo à renda fixa devido ao juro alto, costuma gerar dúvidas sobre reinvestimento – um especialista explica os prós e os contras

Início de ano é época de planeamento. Quando o título de renda fixa vence e o investidor recebe os rendimentos, acaba se deparando com um momento de tomar uma decisão importante: se deve usar o dinheiro para o objetivo escolhido inicialmente ou se deveria reinvestir a quantia para multiplicar os ganhos. Para aqueles que optam pela segunda opção, o reinvestimento automático se torna uma alternativa viável.

É que quando um título do Tesouro Direto vence, o valor correspondente ao principal mais os juros acumulados é creditado na conta do investidor.

Quando se escolhe o reinvestimento automático, este valor é utilizado para a compra de novos títulos, conforme previamente programado pelo investidor. De acordo com Marcos Piellusch, professor da FIA Business School, o reinvestimento automático está dispo-

nível para todos os tipos de títulos oferecidos pelo Tesouro Direto, como Tesouro Selic, Tesouro IPCA+ e Tesouro Prefixado. “A funcionalidade permite que os investidores mantenham seus recursos aplicados sem precisar realizar novas operações de compra manualmente”, explica. A programação do reinvestimento automático exige que o investidor acesse sua conta no portal do Tesouro Direto, vá até a seção

Reinvestimento dos títulos não oferece benefícios tributários adicionais



FREEMICK

de “reinvestimento” dentro do menu de opções; selecione então a corretora e, em seguida, o título cujo valor deseja reinvestir; defina os novos títulos que serão adquiridos com os valores dos títulos vencidos; e por fim confirme a operação e salve a programação.

Piellusch diz, contudo, que algumas corretoras só permitem o reinvestimento por meio do próprio home broker ou aplicativo da instituição. “Nesse caso, o passo a passo pode ser diferente. Em geral, é necessário acessar a carteira de títulos e selecionar a opção de reinvestimento para cada um deles”. O professor da FIA Business School pondera que há benefícios e pontos de atenção para o investidor antes da decisão de reinvestimento automática de seu dinheiro.

Entre as vantagens, está a praticidade, já que o processo automático contribui para a economia de tempo e esforço. Ademais, a continuidade dos investimentos garante que os recursos não fiquem parados na conta, mas continuem rendendo. Há, ainda, o viés da disciplina financeira, já que a alternativa facilita a manutenção de uma estratégia de investimento a longo prazo. Mas há desvantagens. Uma delas é a falta de flexibilidade, já que o modelo pode não permitir a adaptação imediata a mudanças de mercado, como aproveitar as variações significativas nas taxas de juros. Há ainda o risco de um possível desalinhamento com objetivos: se o foco financeiro do investidor mudar, o

reinvestimento automático pode não ser mais o adequado.

Como fica a tributação

É importante lembrar, continua o especialista, que o reinvestimento dos valores de títulos do Tesouro Direto não oferece benefícios tributários adicionais. “A tributação sobre os investimentos no Tesouro Direto segue as mesmas regras, independentemente de o valor ser reinvestido automaticamente ou não”. A tributação do Imposto de Renda (IR) sobre os rendimentos dos títulos do programa é feita no momento do resgate. A tabela regressiva de alíquotas estabelece 22,5% para aplicações até 180 dias, 20% em prazo de 181 a 360 dias, 17,5% em período de 361 a 720 dias, e de 15% para operações de investimentos acima de 720 dias.

Já o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incide somente nos resgates realizados em até trinta dias após a aplicação, conforme a tabela regressiva diária, que vai de 96% no primeiro dia até 0% no 30º dia. “Quando os valores são reinvestidos automaticamente, o processo é considerado uma nova aplicação e, portanto, os rendimentos da nova aplicação estarão sujeitos a nova contagem de tempo para fins de IR e IOF. Não há benefícios tributários adicionais específicos para o reinvestimento automático”, explica o professor.

Em suma, reforça ele, se o investidor reaplicar os valores de um título venci-

do em um novo título, os rendimentos gerados pelo novo título começarão a ser contados a partir da data de reinvestimento, aplicando-se novamente a tabela regressiva de IR. **D**

Por Bora Investir

Os juros em 2026

Após um 2025 de juro alto, o ano que começa reserva expectativas de cortes da Selic já no primeiro semestre. A expectativa é de agentes econômicos e do mercado privado. O Banco Central (BC), contudo, tem se mantido cauteloso acerca de sinalizações sobre a queda de juros. Em coletiva de imprensa em dezembro passado, o presidente do BC, Gabriel Galípolo reiterou diversas vezes que “não há porta fechada nem seta dada” para as próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). Ainda assim, com o recuo da inflação, a expectativa dos agentes de mercado apresentada pelo Boletim Focus do BC para os juros é de 12,25% para o final de 2026. Isso reconfigura o fluxo de recursos das carteiras de investimentos. A renda fixa campeã em entregas segue interessante, mas os investidores passam a olhar um pouco mais para a renda variável, como a bolsa de valores.



Importações brasileiras de Mounjaro e Ozempic superam as de celulares no país

A guerra do emagrecimento

Queda de patente de uma das moléculas carro-chefe das “canetinhas emagrecedoras” acirra concorrência e deve impulsionar em cinco vezes o mercado no Brasil até 2030

Matheus Almeida

Num mundo cada vez mais virado em imagem, a cultura do emagrecimento domina. Somadas às razões ligadas à saúde, este é um catalisador para o impulso às vendas das famosas canetas emagrecedoras no Brasil. O segmento, que já alcança R\$ 10 bilhões em vendas no Brasil, está prestes a viver uma reviravolta mercadológica para os laboratórios – e pode crescer cinco vezes

até 2030. Em menos de dois meses cairá a patente de um desses medicamentos, a semaglutida, molécula dos famosos Ozempic e do Wegovy, soluções da dinamarquesa Novo Nordisk.

O remédio teve tamanha aceitação global que contribuiu para impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB) do país de origem dessa fabricante há cerca de dois anos. Com isso, outros laboratórios

vislumbraram oportunidades. Tanto é que o Mounjaro, a base de uma molécula distinta pertencente à norte-americana Eli Lilly, já conquistou boa parte dos espaços mundo afora. A patente do Ozempic cai em março, e com isso especialistas esperam que medicamentos genéricos ou similares cheguem ao mercado. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já recebeu treze pedidos

de registro de medicamentos à base de semaglutida. Ao menos três empresas brasileiras confirmaram à IstoÉ Dinheiro que têm planos para comercializar suas próprias versões da semaglutida: Biommm, EMS e União Química. Com estratégia distinta, a também brasileira Eurofarma fechou uma parceria com a Novo Nordisk e já comercializa suas próprias versões da semaglutida antes mesmo da queda da patente, com as marcas Extensior e Poviztra.

Entre as interessadas, ao menos uma das empresas consultadas pela Dinheiro conta que já submeteu à Anvisa a solicitação de registro de uma versão genérica da semaglutida: a Biommm. A companhia diz que estará apta a disponibilizar o medicamento ao mercado logo após a obtenção da aprovação regulatória. A “caneta” da Biommm será produzida em uma planta industrial em Nova Lima (MG), onde já fabrica insulina humana e insulina glargina. O investimento no espaço foi de R\$ 800 milhões. A EMS também confirmou investimentos robustos: mais de R\$ 1 bilhão na produção de liraglutida e semaglutida.

As empresas brasileiras são apenas parte das possíveis interessadas em explorar este mercado. Com a queda da patente em março também na Índia, outras fabricantes do país como Cipla, Narco-farma e Biocon vão entrar no segmento. “São empresas com grande potencial in-

dustrial e histórico de entrada em mercados pós-queda de patente”, comenta o analista Gerson Brilhante, da Levante Inside Corp. A chinesa Hangzhou Sciwind Biosciences também trabalha em uma molécula própria, a ecnoglutida. Já a também chinesa Innovent Biologics desenvolve em parceria com a Eli Lilly outra substância, a Mazdutide.

Mas vale explicar como funciona esse tipo de medicamento, que vem fazendo tanto sucesso. A classe dos agonistas de GLP-1 (peptídeo-1 semelhante ao glucagon), popularmente conhecidos como “canetinhas emagrecedoras”, consolidou-se como uma revolução no tratamento do diabetes tipo 2 e da obe-

sidade. Os medicamentos do grupo simulam hormônios, reduzindo a glicose no sangue e aumentando a sensação de saciedade. O mercado brasileiro hoje é disputado por quatro moléculas principais: além da semaglutida, do Ozempic e Wegovy, há a tirzepatida (Mounjaro), a liraglutida (Saxenda, Victoza, Olire e Lirux) e a Dulaglutida (Trulicity). Para além do preço, elas variam na eficácia e na possibilidade de efeitos colaterais.

Os R\$ 10 bilhões movimentados no Brasil atualmente correspondem a aproximadamente 4% do tamanho total do mercado de varejo farmacêutico no país, indica um relatório publicado pelo Itaú BBA. Já outro levantamento, da XP Research, chegou a uma estimativa similar, com cifras entre R\$ 9 bilhões e R\$ 10 bilhões. A febre das canetas, inclusive, impactou a importação. Em 2025, a compra de medicamentos à base de hormônios polipeptídicos, categoria na qual se enquadram Ozempic e Mounjaro, somou R\$ 9 bilhões. A importação saltou 88% em um ano – e supera a de telefones celulares e azeite de oliva, calculou o jornalista Fernando Nakagawa, da CNN.

Com as mudanças à frente, o impacto da procura pelas canetas será sentido por outros setores além das indústrias farmacêuticas. As varejistas do setor também ganham. Atualmente, esses medicamentos representam entre 8% e 9% da receita da RD Saúde (que abarca as farmácias Raia e Drogasil), Pague Menos e Panvel. O Itaú BBA projeta ainda que, até 2030, essa proporção possa chegar a 20%. O relatório aponta ainda que o mercado deve atingir pelo menos

De olho em ampliar atuação, Novo Nordisk aposta em Wegovy na versão em comprimidos

Patente da semaglutida, molécula do Ozempic, cai a partir de março deste ano



ROBERTO PFEIL/AP

Novo Nordisk e Eli Lilly são as principais competidoras do segmento hoje



ARNE DEDERT/AP

R\$ 50 bilhões até 2030, com cerca de 15 milhões de usuários.

Os líderes de mercado

Dois fabricantes dominam o segmento desse remédio hoje por aqui: a dinamarquesa Novo Nordisk e a norte-americana Eli Lilly. A venda do produto levou esta segunda companhia, inclusive, ao seleto clube das empresas que ultrapassaram R\$ 1 trilhão de valor de mercado nas bolsas americanas. A Lilly foi o primeiro laboratório a alcançar o marco, e a integrar o grupo formado pelas gigantes tecnológicas. Um estudo da consultoria Close-Up International

observou as fatias de participação de mercado brasileiro dos quatro tipos de moléculas mais vendidos pelas duas empresas: a dulaglutida, liraglutida, semaglutida e tirzepatida.

Até abril de 2025, a semaglutida (Wegovy e Ozempic, da Novo Nordisk) dominava amplamente o mercado com 96,6% das vendas. O restante dividia-se entre a liraglutida (Saxenda e Victoza, também da Novo Nordisk), com 2,7%, e a dulaglutida (Trulicity, da Eli Lilly), com 0,7%. Mas a chegada do Mounjaro, da Eli Lilly, em maio passado, transformou o cenário. Com a substância ativa

Novo Nordisk versus STF

A dinamarquesa Novo Nordisk fez um esforço colossal para reverter o fim da patente da semaglutida (Ozempic e Wegovy) no Brasil. A empresa alegava que foi prejudicada pela demora de quase treze anos, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para liberar o uso do medicamento. Mas em dezembro de 2025, o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade que o prazo de vinte anos para o vencimento da patente conta a partir do momento da submissão para análise do órgão regulatório, mantendo assim o prazo para março de 2026. "Na prática, é virtualmente impossível que haja alteração dessa decisão por meio da ação judicial que está em curso", analisa o advogado Guillermo Glassman, sócio da área de Life Sciences do L.O. Baptista. "É lógico que, em termos jurídicos, sempre há espaço para construir novas teses. Mas, na prática, é impossível que isso seja revisto nesse momento". Ele destaca que o fato de concorrentes estarem se movimentando para entrar no mercado dificulta ainda mais qualquer revés jurídico em favor da Novo Nordisk.

Maziar Doustdar,
CEO da dinamarquesa
Novo Nordisk: desafio
de não perder vendas

DIVULGAÇÃO





Em parceria com Novo Nordisk, Eurofarma já vende suas versões de semaglutida, que terá a patente expirada em março deste ano

Vai ter 'Ozempic genérico' no SUS?

Com o barateamento dos medicamentos, abre-se a possibilidade de uma eventual inclusão da semaglutida no Sistema Único de Saúde (SUS). O Ministério da Saúde afirmou que solicitou à Anvisa prioridade no registro de medicamentos compostos pelos princípios ativos semaglutida e liraglutida. A entrada de novos medicamentos genéricos no mercado e o aumento da concorrência deve reduzir os preços de forma significativa, afirma o órgão. Uma análise para possível inclusão do Ozempic na saúde pública, feita em 2025, evidenciou, contudo, um impacto orçamentário avaliado em mais de R\$ 8 bilhões anuais. O valor representaria quase o dobro do orçamento total do programa Farmácia Popular no ano. Será necessário que as versões novas ofereçam diferenças substanciais de preço, superiores às apresentadas.

A liraglutida da EMS, por exemplo, não alcançou a diferença de preço de 35% em relação ao medicamento de referência necessária para ser classificada como genérico. Com preços acima de R\$ 600, ainda estão longe de plena acessibilidade para a população e o sistema público. Professor da Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo), Gonzalo Vecina Neto, diz que, mesmo em versões genéricas, o medicamento enfrentaria outro entrave no SUS: a alta demanda. O Atlas Mundial da Obesidade 2025 indica cerca de 31% da população adulta brasileira com obesidade.

tirzepatida, o medicamento possui efeitos consideravelmente mais fortes do que os concorrentes. O resultado foi um avanço da participação de mercado, até alcançar 49,6% das vendas em agosto de 2025, último mês incluído no trabalho.

Com a queda da patente da liraglutida, da Novo Nordisk, em 2024, agosto marcou ainda o lançamento das primeiras versões nacionais da molécula, Olire e Lirux, ambos da fabricante brasileira EMS. Logo em sua estreia, esses produtos mais baratos alcançaram 1,4% de participação de mercado em valor de vendas e 3,5% de participação no mercado total em unidades. Já com a esperada queda de patente da semaglutida para março próximo, o mercado pode ter um novo impulso. O Itaú BBA estima uma queda de 30% no preço do medicamento no primeiro ano pós queda da patente, chegando a uma redução de 50% em cinco anos. Um mercado de genéricos ou similares poderia, assim, movimentar

R\$ 8,4 bilhões já em 2027. Os impactos da popularização das "canetas emagrecedoras" poderão trazer efeitos negativos a outros setores. Entre eles, para as fabricantes de bebidas alcoólicas e de alimentos com alto teor de açúcar e gordura. Um estudo feito junto a 150 mil usuários dos medicamentos nos Estados Unidos aponta queda no consumo de salgadinhos e petiscos, de 10,1%, doces de padaria, de 8,8%, e um recuo em biscoitos de 6,5%.

Há moléculas em estudo que poderão diversificar ainda mais o segmento. A retatrutida, da Eli Lilly, é um exemplo, já que promete mitigar a perda de massa magra. Outra novidade a caminho por parte do mesmo laboratório é uma versão oral da semaglutida. Será concorrência à versão em comprimido do Wegovy, recém-lançado pela Novo Nordisk, com o intuito de conquistar pessoas que não gostam de medicamentos injetáveis. **D**

DIVULGAÇÃO

Salto triplo

Procura por chips de memória para responder às necessidades de IA elevam em três vezes o lucro de divisão da coreana Samsung Eletronics, líder do segmento

Com o impulso da procura mundo afora por chips de memória usados em servidores, computadores pessoais e dispositivos móveis para responder às necessidades de inteligência artificial (IA), a coreana Samsung Eletronics projeta um aumento de três vezes em seu lucro operacional do quarto trimestre de 2025 – em comparação há um ano antes. Caso se concretize ao anunciar os dados oficiais neste início de ano, será um recorde histórico para a empresa que tem como fortes competidoras, em escala global, as norte-americanas Intel e Nvidia e a Taiwan Semiconductor Manufacturing (TSMC),

de Taiwan. A situação de desequilíbrio entre a oferta e o aumento da procura foi impulsionada pelo uso de IA, fator que elevou os preços dos chips de memória convencionais, resultando no desempenho esperado pela gigante da Coreia do Sul.

O fator determinante para o salto projetado nos lucros é a divisão de semicondutores. Com a explosão de IA houve enorme alta de demanda por memórias de alta largura de banda, conhecidas como HBM (ou High Bandwidth Memory). Esses chips possuem um valor agregado superior às memórias tradicionais, elevando drasticamente a rentabilidade da

divisão na companhia. A Samsung estima, com isso, alcançar lucro operacional de 20 trilhões de won (ou US\$ 13,9 bilhões) para o período entre outubro e dezembro do ano passado, superando a estimativa da ferramenta LSEG SmartEstimate, tecnologia do London Stock Exchange Group, que controla a bolsa de Londres, e apontava para 18 trilhões de won – acima dos 6,49 trilhões de won do ano anterior. O lucro operacional representa um novo recorde trimestral, superando sua alta anterior de 17,6 trilhões de won no terceiro trimestre de 2018.

O setor de semicondutores avança rapidamente e a disputa vai ficar cada vez mais acirrada entre as gigantes que dominam a atividade. As estimativas de faturamento para o ano fechado de 2025 alcançam US\$ 793 bilhões, com projeção de crescimento de pouco mais de 20% para este ano, ou cifra estimada de US\$ 975 bilhões. Os dados são da consultoria Gartner, World Semiconductor Trade Statistics (WSTS) e da International Data Corporation (IDC). A norte-

Samsung apresentou novas tecnologias ligadas à IA neste mês em Las Vegas, nos Estados Unidos

AI experiences everywhere For everyone.



Segmento de semicondutores atende a equipamentos como a GDDR7, da própria Samsung, memória DRAM de última geração otimizada para jogos e cargas de trabalho de IA

KIM HONG-I/REUTERS

-americana Gartner revisou a leitura de mercado para cima ao final do ano passado devido à voraz demanda por chips que atendam às necessidades de equipamentos do universo de inteligência artificial. Já a WSTS é uma associação formada pelas próprias fabricantes de chips que reúne portanto dados de vendas do setor. Recentemente, a organização reiterou que há crescimento expressivo do mercado nas Américas.

Para a consultoria IDC, contudo, o segmento de semicondutores poderá alcançar US\$ 1 trilhão já neste ano, justificando para a mais alta projeção o ciclo de renovação de hardwares à frente – notebooks e celulares ajustados para processar e atender às necessidades de inteligência artificial. Além disso, a expansão dos data centers tem um peso nessa estimativa. A expansão da IA exi-

ge equipamentos de grande capacidade e que consomem, ainda, um imenso volume de energia no processamento das informações. São estruturas tão complexas e estratégicas para o futuro da tecnologia, que a mera definição de suas instalações tem recebido status de acontecimento geopolítico e socioeconômico.

Os data centers

A receita para atraí-los consiste de uma tríade básica de condições: espaço, energia e conectividade. Um país que consiga oferecer essa tríade tem uma vaga garantida no futuro digital – e, para especialistas, o Brasil é um dos fortes candidatos para se tornar uma espécie de hub mundial desse tipo de estrutura. Atualmente, boa parte da infraestrutura global está dividida entre Estados Unidos, com 45% das estruturas em ope-

ração, e Europa (15%), segundo dados da empresa de rating Moody's Local. Mas, com maior demanda por data centers (e por energia para suas operações), o segmento enfrenta dificuldades relacionadas ao fornecimento de energia e água nessas regiões para abastecê-las.

As regulamentações sobre eficiência energética e emissões de carbono são aspectos cruciais para o setor num mundo que expande o uso de IA ao mesmo tempo que precisa olhar com urgência para a agenda do clima. Os olhos das grandes prestadoras de serviços nesse setor – e que reúnem como clientes empresas como Amazon, Google e Microsoft – têm se dirigido para o Brasil com mais atenção, pois o país se destaca pela matriz energética diversificada, com significativa participação de fontes renováveis e abundância de recursos hídricos. **D**

Apesar da gripe...

Como os embarques de carnes de frango alcançaram recorde no ano que passou, mesmo diante do primeiro caso de gripe aviária em granja comercial no sul do país

Até meados de 2024, o Brasil havia registrado casos de gripe aviária apenas em aves silvestres e de subsistência, ou seja, que ficam em fundos de quintal. Mas, o cenário mudou drasticamente no primeiro semestre do ano passado com a confirmação de um foco da doença, em maio, em uma unidade de produção comercial no Rio Grande do Sul, em uma granja comercial. O fato levou o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) a declarar estado de emergência zoossanitária – e isso levou a abates sanitários de milhares de aves, enquanto ao mesmo tempo foi estabelecido um monitoramento rigoroso em um

raio produtivo para evitar que o vírus se espalhasse para outros polos de criação de aves, como Santa Catarina e Paraná.

O país conseguiu controlar a doença sem registrar novos surtos em granjas comerciais, o que permitiu retomar mercados que impuseram embargos sanitários rapidamente. Desse modo, as exportações brasileiras de carne de frango encerraram o ano passado com um desempenho histórico ao alcançar um novo recorde de 5,3 milhões de toneladas embarcadas – alta 0,6% em relação a 2024. Com isso, os brasileiros consolidaram a liderança global, informa a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

O novo patamar foi impulsionado pelo forte ritmo de exportações observado no mês de dezembro, quando somaram 511 mil toneladas, um avanço de 14% na comparação anual. O resultado reflete a resiliência da avicultura nacional frente ao desafio da Influenza Aviária de Alta Patogenicidade, ou gripe aviária, disse Ricardo Santin, que preside a ABPA, em nota. O foco da doença registrado originalmente no Rio Grande do Sul em maio do ano passado já foi oficialmente superado.

Embora o volume tenha superado as marcas anteriores, a receita total das exportações, por sua vez, teve retração de 1,4%, ao contabilizar US\$ 9,8 bilhões. A composição dos principais destinos também sofreu alterações significativas durante o ano. Os Emirados Árabes Unidos assumiram a liderança entre os compradores, com 480 mil toneladas ad-

Esforço conjunto contribuiu para que o país agisse rápido no controle da doença





JONAS FERNANDES/ DIVULGAÇÃO SEAPI

Até 2024, o país tinha registros de gripe apenas em aves silvestres e de subsistência, que ficam em fundos de quintal

quiridas, ou alta de 5,5% na comparação anual, seguidos pelo Japão, que importou 403 mil toneladas (queda de 0,9%), e Arábia Saudita, que importou 397 mil toneladas, com alta de 7,1%.

Um dos pontos de maior atenção foi a performance da China. O mercado asiático, que tradicionalmente ocupava a liderança das importações, perdeu posição em 2025 devido a um embargo prolongado decorrente do foco de gripe aviária. Contudo, com a remoção das restrições sanitárias, os embarques para lá já dão sinais de recuperação. O restabelecimento das vendas externas após os impactos sanitários projeta um cenário otimista, acredita Santin, da ABPA. Além da retomada chinesa, a União Europeia também evidenciou aceleração notável de compras, com alta de 52% nos volumes em dezembro.

Mais sobre desempenho

Ao todo, o agronegócio brasileiro registrou exportações recordes no ano

passado ao somar US\$ 169,2 bilhões. Houve alta de 3% em relação a 2024, quando o Brasil teve volumes históricos nos embarques de soja, carnes e receitas elevadas de café. A informação é do Ministério da Agricultura. Em dezembro de 2025, as exportações somaram US\$ 14 bilhões, recorde para o mês, com um crescimento de quase 20% em comparação com o mesmo mês de 2024.

Houve efeito positivo da safra recorde de grãos 2024/2025, que atingiu 352,2 milhões de toneladas, representando um incremento de 17% em relação ao ciclo anterior. Já em proteínas, a produção atingiu níveis recordes para as carnes bovina, suína e de frango, permitindo a existência de excedentes exportáveis sem comprometer a oferta de produtos no mercado interno. Os maiores compradores de produtos agropecuários brasileiros foram a China, líder do ranking com importações de US\$ 55,3 bilhões. O país representa 32,7% das exportações brasileiras e houve um crescimento en-

tre os anos de 2024 e 2025 de 11%. Já para a União Europeia, as vendas somaram US\$ 25 bilhões, com aumento de 8% em relação ao ano anterior. O bloco europeu foi seguido pelos Estados Unidos, com US\$ 11,4 bilhões em compras e queda de quase 6% em relação a 2024 devido ao 'tarifaço' imposto pelo presidente norte-americano, Donald Trump. Entre os principais produtos da pauta exportadora está a soja em grãos, que se manteve como o item mais exportado e gerou US\$ 43,5 bilhões em receita, com alta de 1,4% na comparação anual.

As exportações de carne bovina tiveram alta de 39,9% ao somar US\$ 18 bilhões, com um crescimento de 20% em volume. Contribuiu para isso a abertura de onze mercados no ano passado para a carne bovina brasileira. Outro destaque, o café apresentou crescimento de 30% em valor, totalizando US\$ 16 bilhões em vendas externas, impulsionado por preços internacionais que atingiram níveis históricos. **D**



Brasil, dono de um dos maiores rebanhos do mundo, investe em produtividade para expandir a oferta de carne bovina

Rumo à liderança

Desempenho da pecuária brasileira surpreende agentes de mercado em 2025, e projeções indicam que a produção local pode ultrapassar a dos Estados Unidos

Com um rebanho bovino de 238 milhões de cabeças de gado — mais que o dobro dos 94 milhões dos EUA, o maior produtor global de carne bovina —, o Brasil tem investido em produtividade para expandir a oferta, sem necessariamente ampliar a área de pastagens. A estratégia é vista como um fator econômico fundamental para aliviar a pressão por desmatamento em biomas como a Amazônia, está contribuindo para o aumento de produção no país. Até 2034, o volume de carne produzido localmente, de aproximadas 11 milhões de

toneladas, deve crescer 24%, enquanto o rebanho aumentaria apenas 4%. O ganho de escala vem acontecendo rápido e paralelamente à queda nos maiores produtores mundiais da proteína.

Com isso, estimativas de agentes mercadológicos apontam que o Brasil poderá consolidar uma marca histórica ao se tornar o maior produtor mundial de carne bovina em 2025, ultrapassando os Estados Unidos. A expectativa é baseada nas projeções de consultorias e bancos que acompanham o setor de perto — além do Departamento de Agri-

cultura norte-americano (USDA). O desempenho do segmento pecuário brasileiro em 2025 surpreendeu consultorias especializadas, e supera as previsões produtivas iniciais. O papel do país, por fim, é crucial no quadro de aperto da oferta global — contribuindo para frear a escalada de preços no mundo.

Embora o país já detivesse o título de maior exportador global — com embarques recordes que somaram quase US\$ 17 bilhões no ano passado —, a liderança na produção total era uma meta ainda não atingida. Os números finais



Brasil reúne 238 milhões de cabeças de gado

RAQUEL BRUNELLI DAVILA

devem ser apresentados apenas em fevereiro, contudo, analistas revisaram recentemente suas projeções para cima. O movimento foi impulsionado pelo aumento do abate devido à forte demanda de mercados como a China e os Estados Unidos, onde a oferta limitada elevou os preços da carne a patamares recordes.

Os períodos de abates elevados são historicamente sucedidos por baixas na produção, uma vez que os pecuaristas tendem a reter fêmeas para recomposição do rebanho. Entretanto, ganhos estruturais de produtividade no campo brasileiro podem mitigar ou até impedir essa retração. As fazendas locais têm acelerado os ciclos produtivos, com inseminações mais rápidas, engorda eficiente e abate de animais cada vez mais jovens. Vinicius Barbosa, gerente comercial da CMA, destaca que, há uma década, a idade média do gado abatido era de cinco anos. Hoje, o índice caiu para 36 meses, caminhando celeremente para a faixa dos 24 meses.

Mauricio Nogueira, diretor da Athenagro, revelou que a produção brasileira

cresceu 4% no ano passado, contrastando com sua previsão inicial de queda de 2,7%. Esse incremento de aproximadamente 800 mil toneladas equivale ao total das exportações anuais da Argentina, quinta maior exportadora global. O Rabobank e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos também elevaram suas estimativas, projetando a produção brasileira a patamares que variam entre 12,35 milhões e 12,5 milhões de toneladas de peso equivalente em carcaça.

Caso as estimativas de mercado sejam confirmadas pelos dados oficiais, 2025 marcará a primeira vez que o Brasil supera a produção norte-americana, que recuou 3,9%, para 11,8 milhões de toneladas, sob o impacto de anos consecutivos de seca. Para 2026, o USDA projeta nova queda de 0,9% na produção dos EUA. No Brasil, o avanço do confinamento emerge como o grande motor do setor. A estimativa da Scot Consultoria é que 28% do gado abatido no país seja terminado em confinamento até 2027, um salto em relação aos 22% registrados em 2025. O sistema intensivo permite abater animais em

cerca de cem dias, tarefa que levaria até dois anos em regime de pasto.

O setor é beneficiado, ainda, pela expansão da indústria de etanol de milho, que gera os grãos secos de destilaria, um subproduto rico em proteína que acelera a engorda do rebanho. Somado a isso, o melhoramento genético e técnicas de inseminação mais eficientes têm elevado a taxa de reprodução. A Datagro estima que, se o Brasil atingisse uma taxa de prenhez de 66%, semelhante à da Argentina, o número de bezerros nascidos saltaria de 32 milhões para 40 milhões anuais.

A trajetória brasileira ganha relevância diante da expectativa de queda na produção dos seis maiores produtores mundiais em 2026. Enquanto o USDA prevê um declínio global de 2,4%, analistas brasileiros acreditam que a eficiência local pode neutralizar essa retração. Guilherme Jank, analista da Datagro, ressalta que o setor atravessa uma mudança significativa em termos de escala e qualidade para atender à demanda interna e externa. **D**



Produção cresce no Vale da Mantiqueira com aposta em técnica de dupla poda

DIVULGAÇÃO

Syrah em versão tropical

Produção de uvas europeias no Vale da Mantiqueira já atraiu investimentos bilionários em 80 projetos com foco em vinhos e enoturismo

Ana Carolina Nunes

A uva Syrah, que tem como berço o Vale do Rhône, na França, agora se destaca em outra região de vale, mas do lado de cá do Atlântico. Na pequena cidade de Espírito Santo do Pinhal, no Vale da Mantiqueira, onde os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais se encontram, a uva vem rendendo boas safras de vinho, de experiências – e, na esteira, impulsionando negócios. Os últimos quatro anos reúnem investimentos bilionários em oitenta projetos ligados à produção de vinhos e enoturismo em desenvolvimento.

Com uma necessidade de clima muito semelhante ao café, com inverno ameno e seco, a Syrah se adaptou bem na região. Apesar das diferenças de clima entre seu país de origem e o Brasil, uma técnica chamada dupla poda ajuda a uva. O modelo de cultivo é comum na viticultura tropical, e no Brasil rende os

chamados ‘vinhos de inverno’, aqueles em que a colheita é feita na estação mais fria do ano, em oposição ao padrão tradicional de colheita no verão. Isso acaba por resultar num tipo especial.

“É uma região única no mundo. Poucos lugares têm essa cultura. O fato de colher vinho de inverno em uma região tropical, o torna único no mundo”, destaca Thiago Mendes, sommelier e fundador da escola de vinhos Eno Cultura. Cada região produtora tem seus vinhos únicos, continua.

A ideia é que, com o tempo, cada vinícola também desenvolva o seu rótulo diferencial, ainda que sejam todos Syrah. “É questão de tempo para que a região tenha uma identidade própria. Sabemos que é a Syrah, mas os vinhos ainda são todos muito similares. Mas pelo jeito é a uva que vai dominar por ali. Em algumas décadas, pode ser o

destino Syrah no Brasil”, projeta. O trabalho de impulso à produção e ao local como um destino enoturístico tem sido feito por duas associações, a Associação dos Viticultores da Serra dos Encontros (Avvine), com 27 associados de quatro cidades da região, e a Associação Nacional de Produtores de Vinhos de Inverno (Anprovin), que engloba produtores de vinho de inverno não só numa parte paulista como também em Minas Gerais. Um delas indica que o Brasil ultrapassou, em 2024, a marca de 30 milhões de litros de vinhos finos produzidos, e o segmento de vinhos de inverno cresce em média 15% ao ano.

O primeiro movimento regional foi feito pela Vinícola Guaspari há cerca de 20 anos, quando sua atividade principal era uma de fazenda de café, o fruto que precisa desse mesmo tipo clima da Syrah para se desenvolver. Hoje, a



ELIAS GOMES

Vinícola Guaspari, pioneira na região, investe em visita com hospedagem

vinícola é um dos principais nomes do enoturismo na região da Mantiqueira, e também produz azeite.

O desenvolvimento via técnica da dupla poda, em que a Guaspari foi pioneira, contou com parceria da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. “O café estava em baixa e então iniciou-se pesquisa sobre outras culturas. Resolveram fazer um teste, plantaram variedades de uvas nessa área, e as primeiras que despontaram foram as Syrah e as Sauvignon Blanc”, relata Paulo Brammer, CEO da Vinícola Guaspari.

O primeiro plantio foi feito em 2006, sendo que a colheita da primeira safra aconteceu em 2010. Para fins comerciais, contudo, o marco é 2014, com a venda de dez mil garrafas. No início eram três rótulos focados em venda a empórios. “Não tinha foco de abrir para experiência. O foco era produzir vinho de qualidade e de orgulho para todos”, conta Brammer.

Mas então os proprietários da Guaspari começaram a receber grupos de amigos, de grande parte da cidade de São Paulo, que está a menos de duas horas de distância, e, quando se deram

conta, havia uma lista de espera de grupos de amigos para conhecer a vinícola. E, assim, em 2017 eles inauguraram um novo braço do negócio voltado ao enoturismo, com foco em experiência, aos moldes de destinos já bastante consolidados no mundo, como França, Chile, Argentina e até mesmo regiões do sul no Brasil.

A Guaspari fecha 2025 com produção estimada em 150 mil garrafas e uma média de mais de mil visitantes aos finais de semana, com picos de até 1,5 mil pessoas. Por enquanto, a experiência envolve apenas visita à parte produtiva da vinícola, com opção de loja e restaurante, mas sem hospedagem, programada para começar a funcionar no primeiro semestre de 2026. Nos planos para este ano também está uma possível internacionalização da marca.

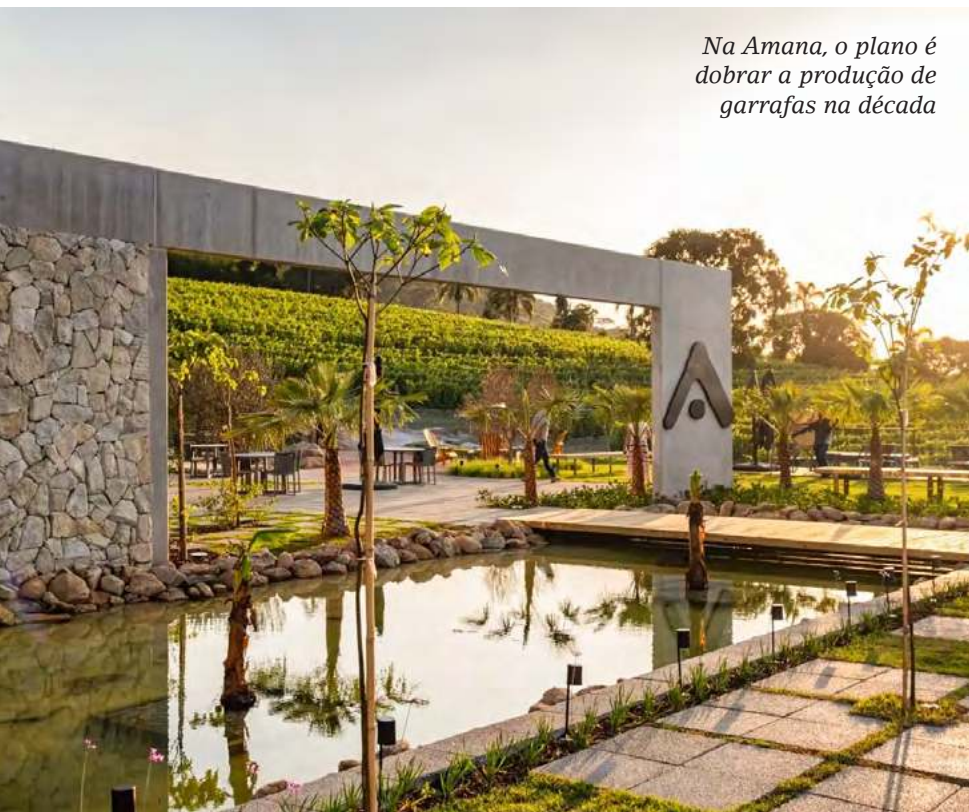
Brammer diz que 70% das vendas da companhia já são feitas ao consumidor final, seja diretamente na loja em Pinhal, via e-commerce ou até mesmo pelo clube de assinaturas, em que membros têm algumas exclusividades. Os outros 30% das vendas são destinadas a restaurantes, como a Casa do Porco, hotéis e lojas especializadas. Os rótulos custam a partir de R\$ 158, podendo chegar a R\$ 800. A principal é a Syrah, depois a Sauvignon Blanc, e o início de uma produção de Pinot Noir.

Thiago Mendes, da Eno Cultura, explica que, por conta da estratégia de cultivo da dupla poda, apenas uma das safras na região é aproveitada, e a produção local pode ser, pelo menos, 40% mais cara. “No verão, essa uva não é colhida. Ela é descartada. Não chega nem a formar cachos. São duas safras. É um trabalho dobrado para produção de uma só [safra], então o custo operacional é mais caro. Consequentemente, os vinhos produzidos têm um valor agregado relativamente alto”, continua.

DIVULGAÇÃO



Grandes produtores recebem turistas para conhecer a produção



Na Amana, o plano é dobrar a produção de garrafas na década

DIVULGAÇÃO

Na Amana, outra vinícola que está explorando a Syrah da Mantiqueira, os rótulos estão disponíveis na faixa entre R\$ 160 e R\$ 400. São doze hectares plantados em um histórico de cinco safras. Em 2025, contabilizam 60 toneladas colhidas, ou cerca de 50 mil a 55 mil garrafas, grande parte Syrah e algumas Chenin Blanc. “Temos um plano de expansão para chegar a mais de cem mil garrafas em até dez anos”, conta Alexandre Develey, CEO da Amana. Ele é um dos sócios que se reuniram em 2017 para iniciar o projeto.

A Amana também atua por ora em experiência do visitante focada em visitas à produção, mas se organiza para oferecer hospedagem, promover eventos corporativos e ampliar opções gastronômicas. Por enquanto, a empresa fornece vinhos para empórios, comércio entre Rio e São Paulo, restaurantes da região e, agora, está lançando um e-commerce. Os investidores que olham para esses projetos buscam dividendos, como em qualquer negócio, mas há muitos deles apaixonados por vinhos. Neste ano, os donos da Amana projetam abrir

um restaurante para abrigar os visitantes, que em 2025 somaram 25 mil. A hospedagem está prevista para daqui cerca de dois anos. Develey conta que a ideia ainda é manter o conceito de vinícola por algum tempo até que os juros baixem. Isso vai propiciar novos investimentos. O CEO da Amana relata ainda o interesse de investidores portugueses em investir na região. O enoturismo é uma experiência com muito potencial de ganhos, e falta estrutura de hotéis e restaurantes para absorver a demanda de um público segmentado e exigente.

O perfil de consumo do brasileiro é voltado para o tinto, mas existe ainda uma carência de produção de brancos na região, como o Chenin Blanc, usado em espumantes. Brancos e rosés têm crescido e já representam quase a metade do consumo.

Rotas do Vinho

A vitivinicultura e o enoturismo são atividades consideradas relativamente recentes na região. Desse modo, há desafios como ganhar a confiança do público para o destino, especialmente

o público de alta renda. Desenvolver a parte de infraestrutura será chave, além de treinar mão de obra para os serviços. Neste ponto entra o projeto estadual paulista Rotas do Vinho, iniciado formalmente há pouco mais de um ano.

O Rotas do Vinho engloba 66 vinícolas em cinco regiões do estado que são reconhecidas como destino de enoturismo, sendo onze delas premiadas internacionalmente: Circuito das Frutas, Bandeirantes, Alta Mogiana, Alto da Mantiqueira e a Serra dos Encontros, onde está Espírito Santo do Pinhal. “São Paulo aposta nesse novo destino turístico, estamos trabalhando isso nacional e internacionalmente”, disse o secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, Roberto de Lucena.

O secretário conta que os destinos têm sido apresentados em roadshows na França e na Argentina, onde foram feitas parcerias para promoção conjunta do enoturismo. O estado também contribui para a promoção de cursos de qualificação nas áreas envolvidas, seja em hospitalidade ou na vinivicultura. “Após um ano do lançamento do Rotas houve aumento do fluxo turístico para esses destinos, e também do consumo e comercialização desses produtos”.

O órgão informa que 82% das vinícolas registraram aumento no número de visitantes desde o lançamento do projeto, com média de 27% de crescimento no fluxo turístico. No total, a Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo mapeou mais de 270 vinícolas no estado. No município de Espírito Santo do Pinhal, Thiago Palombo, secretário de Turismo, também celebra o novo status da cidade. Palombo destaca que, nos últimos quatro anos, os investimentos privados na vinivicultura e enoturismo na cidade somam cerca de R\$ 2 bilhões e que o município tem mapeados 28 projetos no segmento, sendo nove deles abertos à experiência para visitantes. Se considerado um raio mais amplo, além de Pinhal em cem quilômetros na região, são 81 os projetos. Com isso, as secretarias estadual e municipal direcionam esforços não só para melhorias na infraestrutura turística na região como na capacitação de mão de obra para atuar no setor. No primeiro semestre do ano passado foram 300 contratações relacionadas ao turismo na cidade. **D**

Renúncia na Heineken, aposentadorias e recall

A saída inesperada do presidente global da cervejaria holandesa, Dolf van den Brink, o reajuste de 3,9% das aposentadorias e a troca de produtos Nestlé estão entre as mais lidas nas redes

Leilão Santander

Nesta segunda-feira, 12, o Santander Brasil disponibiliza mais de 865 propriedades em todo o território nacional para venda em parceria com as casas Biasi Leilões, Frazão Leilões, Mega Leilões e Zuk Leilões. A seleção é diversificada, atendendo desde quem busca o primeiro terreno no interior até investidores focados em coberturas de luxo nos grandes centros.



Leilões do Santander oferecem mais de 800 imóveis com lances a partir de R\$ 41 mil

824 mil 13 mil

Ações da Azul

Em meio à sua reestruturação financeira, a companhia aérea Azul registra uma queda abrupta de suas ações. Na manhã desta quinta-feira, 8, os papéis da empresa derretiam 58%. O recuo acumulado em cinco dias chega a 94%. A queda no preço da ação AZUL4 era esperada no mercado financeiro. Como parte de sua reestruturação, a empresa ofertou R\$ 7,44 bilhões em ações. Apesar da emissão dos papéis, o valor de mercado da companhia permanece o mesmo, já que há mais ações em circulação.



Ações da Azul derretem mais de 90% em cinco dias; entenda o que está acontecendo

79 mil 540

Governo reajusta aposentadorias

O governo oficializou nesta segunda-feira, 12, o reajuste de 3,90% para aposentados e beneficiários do INSS que recebem acima de um salário mínimo. Já o teto dos benefícios do INSS passa de R\$ 8.157,40 para R\$ 8.475,55 em 2026. O reajuste equivale ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2025, que ficou abaixo da inflação oficial do país (IPCA), que fechou o ano passado em 4,26%. Já quem recebe um salário mínimo, que em 2026 subiu para R\$ 1.621, teve reajuste de 6,79%.



Governo reajusta em 3,90% aposentadorias acima do mínimo; teto do INSS sobe para R\$ 8.475

79 mil 703

Nestlé anuncia recall

O recall global de produtos de nutrição infantil da Nestlé também incluirá o Brasil. O recolhimento se deve à possível contaminação com uma toxina que pode causar náuseas, diarreia, vômitos e lentidão de movimentos e raciocínio. No solo brasileiro, o recall preventivo inclui lotes das fórmulas Nan, Nestogeno e Alfamino.



Nestlé anuncia recall de fórmulas infantis no Brasil por risco de contaminação; veja lotes

86 mil 893



CEO da Heineken renuncia em meio a vendas fracas e investidores insatisfeitos

77 mil 884

CEO da Heineken

O presidente-executivo da Heineken, Dolf van den Brink, renunciou inesperadamente após seis anos liderando a cervejaria holandesa (e apenas alguns meses após definir sua nova estratégia), enquanto o setor luta para vender mais cerveja. Van den Brink assumiu o comando da segunda maior fabricante de cerveja do mundo em meio à pandemia da Covid-19, em junho de 2020, e a presidiu um período turbulento desde então, marcado por uma enorme inflação de custos e queda nas vendas.

www.istoedinheiro.com.br

TikTok: tiktok.com/@revistaistoe

Instagram: instagram.com/istoe_dinheiro/

LinkedIn: linkedin.com/company/istoe-dinheiro/

YouTube: myoutube.com/@istoe_dinheiro

X: x.com/istoe_dinheiro

Facebook: facebook.com/istoedinheiro

Palavra por palavra

ines249



NEILSON IRI/SCO/STF

"Causa espécie a esse relator não só o descumprimento do prazo por mim estabelecido para cumprimento das medidas cautelares ordenadas [...], como a falta de empenho no cumprimento da ordem judicial para a qual a Polícia Federal teve vários dias para planejamento e preparação"

José Dias Toffoli, ministro do STF, sobre a demora da PF no cumprimento de medidas cautelares contra Daniel Vercaro, parentes do banqueiro e pessoas ligadas ao banco Master

"Com efeito imediato, qualquer país que faça negócios com a República Islâmica do Irã pagará tarifas de 25% por qualquer negócio que realize com os Estados Unidos. Esta ordem é definitiva e conclusiva"

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos



EVELYN HOCKSTEIN/REUTERS



BENOIT TESSIER/REUTERS

"A revolta camponesa é retomada hoje e ficaremos aqui até termos respostas"

Damien Greffin, vice-presidente da FNSEA, principal sindicato agrícola francês, em meio a protestos contrários à assinatura do acordo Mercosul-UE

"Teremos uma lei de emergência agrícola"

Sébastien Lecornu, primeiro-ministro da França, para apaziguar a ira dos agricultores que protestam contra o acordo Mercosul-UE



SARAH MEYSSONNIER/REUTERS



"O Brasil continua sendo mercado de oportunidade e estamos com muita expectativa de continuar crescendo aqui"

Martín Galdeano, CEO da Ford para a América Latina, ao Dinheiro Entrevista

2026: o Brasil vira palco e as marcas precisam de roteiro



**Tati
Oliva**

é CEO da Cross Networking

O Brasil chega a 2026 em uma posição rara no cenário global, ao combinar intensidade cultural, relevância política e visibilidade internacional. Após um 2025 de preparação, com a COP30 reposicionando o país no centro das discussões sobre clima, governança e desenvolvimento, este é um ano de execução. Copa do Mundo, eleições, Carnaval e São João deixam de ser datas no calendário para se consolidarem como plataformas econômicas capazes de movimentar bilhões, redefinir cadeias de valor e reposicionar marcas em um ambiente de exposição máxima.

Nesse contexto, a pergunta para as lideranças deixa de ser “como aparecer” e passa a ser “onde e como fazer sentido”. Em um mercado no qual decisões de consumo estão cada vez mais ligadas à emoção, ao pertencimento e à confiança, visibilidade isolada perdeu eficácia.

O Brasil opera em ciclos culturais contínuos, cada um com sua própria lógica de comportamento, mídia, desejo e impacto econômico. Tratar esses momentos como ações pontuais é desperdiçar valor; entendê-los como ecossistemas é construir vantagem competitiva. O Brasil não tem datas, tem sistemas culturais. Essa leitura, antes vista como intuição criativa, hoje é inteligência estratégica. A WGSN aponta que previsões baseadas em comportamento emocional apresentam 93% de assertividade, reforçando que pertencimento é dado, não discurso.

O Carnaval ilustra essa transformação. Há muito deixou de ser apenas entretenimento e se tornou uma infraestrutura cultural, econômica e simbólica, movimentando turismo, moda, bebidas, alimentação, logística, mídia e tecnologia, além de projetar o país internacionalmente. As oportunidades mais sofisticadas estão menos em ativações pontuais e mais em parcerias estruturais, produtos co-criados e experiências que atravessam o antes, o durante e o depois da festa. Um Carnaval bem trabalhado não gera apenas lembrança de marca, gera vínculo, ativo de alto valor em um cenário em que eventos ao vivo e rituais coletivos seguem liderando o engajamento emocional.

Na mesma lógica, o São João se consolida como um dos ativos culturais mais subestimados do país. Motor econômico do Nordeste e plataforma de consumo regional com escala nacional, oferece algo cada vez mais raro: menor saturação, maior autenticidade e conexão emocional genuína. Em um ambiente de fadiga do consumidor diante de mensagens oportunistas e genéricas, contextos culturais legítimos se tornam diferenciais estratégicos de confiança.

Mesmo a Copa do Mundo de 2026, que acontecerá fora do Brasil, será vivida emocionalmente dentro de casa. Seu valor vai além do futebol e está no ritual coletivo que envolve encontros, comida compartilhada, moda, conversas e opinião. As marcas que capturam esse momento não são as que falam de esporte, mas as que criam espaços de convivência e entram na rotina do consumidor. A Copa deixa de ser evento e se torna uma infraestrutura cultural temporária, concentrando um dos maiores potenciais de geração de valor simbólico e econômico.

O ano também será atravessado pelas eleições, não porque marcas precisem assumir posicionamentos políticos, mas porque toda escolha será interpretada. Com quem a empresa se associa, quais causas apoia, onde investe e onde se cala passam a compor a leitura pública da marca. O relatório UK Consumer Trends 2026 aponta que 72% dos consumidores estão dispostos a trocar de marca e que confiança já supera preço e conveniência como principal fator de fidelidade. Soma-se a isso o pós-COP30, que empurra a sustentabilidade do discurso para a operação, incorporando cadeia produtiva, logística, embalagem e experiência à estratégia.

Impacto real deixa de ser atributo reputacional e se consolida como vantagem competitiva. Em 2026, marcas fortes não serão as que estiverem em todos os lugares ou falarem mais alto, mas as que fizerem escolhas claras, souberem com quem caminhar e entenderem em quais momentos do Brasil vale, de fato, estar presentes e qual papel desejam ocupar nesse palco. **D**

ines249

Paixão sobre rodas.



MOTOR SHOW

www.motorshow.com.br

